



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 040

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 28 DE ABRIL DE 2009

ANO XXXIV

### Mesa Executiva

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**VALDIR ROSSONI**  
2º Secretário - PSDB

**ELTON WELTER**  
3º Secretário - PT

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**PASTOR EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PRB

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo ..... *Luiz Claudio Romanelli*  
Líder da Oposição ..... *Elio Rusch*  
PMDB ..... *Waldyr Pugliesi*  
PSDB ..... *Ademar Traiano*  
Partido Democratas ..... *Plauto Miró*  
PT ..... *Péricles de Mello*  
PP ..... *Duílio Genari*  
PDT ..... *Luiz Carlos Martins*  
Bloco PPS/PMN ..... *Dr. Batista*  
Bloco PSB/PRB/PV ..... *Pastor Edson Praczyk*  
Bloco PTB/PR ..... *Jocelito Canto*

### Representação Partidária

**PMDB** - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 040**

### **37ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 03**

#### **Expediente:**

Mensagens ..... 03

Ofícios..... 05

Indicações ..... 05

Requerimentos ..... 11

Projetos de Lei ..... 17

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Tadeu Veneri..... 19

Dep. Luiz Eduardo Cheida ..... 22

Dep. Elio Rusch ..... 23

Dep. Ney Leprevost ..... 27

Dep. Teruo Kato..... 29

Dep. Antonio Belinati ..... 30

#### **Grande Expediente:**

Dep. Elio Rusch.....23

Dep. Professor Lemos .....25

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri .....20

Liderança do PP

Dep. Ney Leprevost .....28

Liderança do DEM

Dep. Plauto Miró .....31

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente .....32

Discussão/Votação

Redação Final .....32

3ª Discussão .....34

1ª Discussão .....35

Requerimentos .....36

**Encerramento da Sessão .....37**

#### **Publicações:**

Indicações Legislativas .....37

### **DIÁRIO Nº 040**

### **37ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 37ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 28 ABRIL DE 2009**

(terça-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Dr. Batista e Jonas Guimarães.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielese, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Plauto Miró, Professor Lemos, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (43).

Ausentes os Srs. Deputados: Felipe Lucas, Elton Welter, Cida Borhetti, Caíto Quintana, Douglas Fabrício, Francisco Bühner, Luiz Nishimori, Pedro Ivo e Péricles de Mello (09).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Luiz Fernandes Litro e Reni Pereira (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

## ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

## ***Expediente:***

### ***Mensagens***

MENSAGEM Nº 017/09

Curitiba, em 17/04/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando a criação da Medalha de Mérito da Defesa Civil do Estado do Paraná, destinada a condecorar militares estaduais e federais, civis e instituições que tenham se destacado por relevante participação nas atividades de Defesa Civil, conforme especifica.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

JUSTIFICATIVA:

Durante muito tempo, as ações de Defesa Civil foram associadas apenas à coleta e distribuição de alimentos e remédios e ao repasse de verbas em áreas atingidas por desastres. A própria participação dos cidadãos ocorria apenas nestes momentos. Hoje, a atuação da Defesa Civil se ampliou, aumentando a participação dos entes públicos e da sociedade em geral, posto que se faz imperioso o desenvolvimento de um plexo de ações preventivas, de socorro, assistenciais e reestruturativas destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social.

O cenário hodierno exige que as ações de Defesa Civil se articulem e se desenvolvam em quatro premissas: prevenção, preparação, resposta e reconstrução.

Prevenção aos desastres, com a execução de obras de proteção, cadastramento de recursos, treinamento da comunidade, elaboração de planos de ação, análise e avaliação de operações efetuadas.

Preparação para emergências e desastres previsíveis, mediante o monitoramento das condições climáticas, existência de equipes treinadas para o gerenciamento de crises, logística e capacidade de articulação com a União, Estados e Municípios.

Resposta aos desastres, visando à proteção da vida, da integridade física e do patrimônio, mediante ações de salvamento, primeiros socorros, evacuação de áreas, proteção policial, instalação de abrigos provisórios, provisão de alimentos e avaliação de danos.

Reconstrução, mediante a desobstrução de vias, descontaminação de águas, restabelecimento dos serviços públicos essenciais, obras estruturais, reabilitação da economia e restabelecimento do moral social.

No desenvolvimento de todas essas fases encontramos pessoas cuja atuação vai muito além do senso comum ou do próprio cumprimento do dever, pessoas movidas por um sentimento solidário e fraternal que faz com que o indivíduo abra mão da segurança e do conforto e se doe em prol do bem-estar de um irmão flagelado.

Ser solidário é entender a sociedade como um grande coletivo e saber que as dificuldades enfrentadas pelo próximo são também as nossas dificuldades.

A essas pessoas e entidades se destina a Medalha de Mérito da Defesa Civil do Estado do Paraná, a qual será outorgada pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, mediante proposta do Coordenador Estadual de Defesa Civil.

O bombeiro militar que se pretende homenagear com a criação da medalha, Tenente Coronel QOBM Dario Natan Bezerra, foi uma ilustre figura que muito se destacou em prol da Defesa Civil paranaense. Oficial que incluiu nas fileiras do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná no ano de 1980 e durante toda a sua carreira exerceu funções de cunho operacional, voltadas às atividades de busca, salvamento e de Defesa Civil, em especial, nos Municípios de Londrina, Cornélio Procopio, Arapongas, Cascavel e na Capital paranaense. Já ocupando o posto de Tenente-Coronel, havia sido designado para presidir uma comissão cujo mister era avaliar toda a legislação estadual afeta à Defesa Civil e apresentar propostas de modernização e melhoria. Contudo, em 14/07/08, ao deslocar-se da Cidade de Londrina para Curitiba, onde participaria de uma reunião junto à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, foi vítima de um acidente automobilístico, quando no Km 326 da rodovia BR 376, no Município e Ortigueira, um caminhão descontrolado atravessou a pista e colidiu contra a viatura conduzida pelo oficial, que entrou em óbito ainda no local.

Diante de todo o exposto, encerro com a assertiva de que a criação da Medalha de Mérito da Defesa Civil do Estado do Paraná - Tenente Coronel QOBM Dario Natan Bezerra representará um grande dispositivo de reconhecimento e agradecimento público aqueles que se

destacaram em prol do bem-estar comum, servindo de exemplo para toda a coletividade e enaltecendo o lema que define: “A Defesa Civil Somos Todos Nós”.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica criada a Medalha de Mérito da Defesa Civil do Estado do Paraná, destinada a condecorar militares estaduais e federais, civis e instituições que tenham se destacado por relevante participação nas atividades de Defesa Civil.

Art. 2º A referida condecoração terá a denominação Medalha Tenente-Coronel QOBM Dario Natan Bezerra e, consoante modelo constante no Anexo A desta lei, possuirá as seguintes características:

I - forma: retangular, com 3,5cm de largura por 3,8cm de comprimento;

II - anverso: com a gravação em alto relevo do logotipo da Defesa Civil do Estado do Paraná, com fundo em dourado;

III - reverso: com gravação em baixo relevo das expressões Medalha de Mérito da Defesa Civil do Estado do Paraná - Tenente-Coronel QOBM Dario Natan Bezerra;

IV - material: confeccionado em metal dourado;

V - fita: em seda, com 5,0cm de comprimento e 3,5cm de largura, tendo duas faixas verticais, uma na cor laranja e outra na cor azul, ambas com 1,75cm de largura;

VI - passador: em armação retangular com 3,5cm de comprimento por 1,0cm de altura, confeccionado em metal dourado, como logotipo da Defesa Civil do Estado do Paraná em sua região central e de forma equidistante das extremidades.

Art. 3º A Medalha de Mérito da Defesa Civil do Estado do Paraná terá a correspondente barreta, consoante modelo definido no Anexo B desta lei, sendo suas características idênticas às do passador descrito no inciso VI do artigo anterior.

Art. 4º A condecoração instituída pela presente lei será outorgada pelo Governador do Estado, mediante proposta do Coordenador Estadual de defesa Civil.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 018/09

Curitiba, em 17/04/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a

efetuar a doação, ao Município de Jesuítas, de terreno urbano denominado Lote P 22-A, da quadra P-22, com área de 929,50m2, naquela Cidade, sob matrícula nº 14012, do Registro de Imóveis da Comarca de Formosa do Oeste.

A medida ora proposta consulta aos interesses públicos eis que o referido imóvel será utilizado, exclusivamente, para o funcionamento de Serviços Públicos Municipais, retornando ao patrimônio do Estado caso se comprove uso distinto do assim estabelecido.

Consta, no do texto do anteprojeto de lei em referência, dispositivo expresso no sentido de que tal doação ficará gravada com cláusula de inalienabilidade, em toda ou em parte.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) **ROBERTO REQUIÃO**

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Jesuítas, de terreno urbano denominado Lote P 22-A, da quadra P-22, com área de 929,50m2, naquela Cidade, sob matrícula nº 14012, do Registro de Imóveis da Comarca de Formosa do Oeste.

Art. 2º O imóvel em questão será utilizado exclusivamente, para o funcionamento de Serviços Públicos Municipais, retornando ao patrimônio do Estado caso se comprove uso distinto do assim estabelecido.

Art. 3º A presente doação fica gravada com cláusula de inalienabilidade, em toda ou em parte.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 019/09

Curitiba, em 17/04/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, ao Município de Porto Rico, dos lotes nº 01 e 02 da quadra 88-A, destacado do lote 8 da gleba 20, Transcrição nº 9448, do Registro de Imóveis da Comarca de Loanda.

A presente medida consulta aos interesses públicos eis que, o imóvel em questão, será utilizado exclusivamente para a construção da Unidade de Saúde para a Atenção Integral à Mulher e à Criança (Clínica da Mulher).

Consta, no texto do anteprojeto de lei em referência, dispositivo expresso no sentido de que tal cessão terá vigência até 31/12/10, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as partes.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a cessão de uso, ao Município de Porto Rico, dos lotes nº 01 e 02 da quadra 88-A, destacado do lote 8 da gleba 20, Transcrição nº 9448, do Registro de Imóveis da Comarca de Loanda.

Art. 2º O imóvel em questão será utilizado exclusivamente, para a construção da Clínica da Mulher, retornando ao patrimônio do Estado caso se comprove uso distinto do assim estabelecido.

Art. 3º A presente cessão terá vigência até 31/12/10, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as partes.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

### Ofício

OFÍCIO S/N

Curitiba, em 28/04/09.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que estive ausente nas Sessões Plenárias do dia 27 de abril, devido ao fato de estar representando a Assembleia Legislativa do Paraná em reunião organizada pela Confederação Nacional da Agricultura, em Brasília, em encontro onde houve debates e palestras sobre a reformulação do Código Florestal Brasileiro.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço antecipadamente.

Cordialmente,

(a) TERUO KATO

### Indicações

INDICAÇÃO Nº 492/09

SÚMULA:

Sugere a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Sarandi.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Sarandi.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 493/09

SÚMULA:

Sugere a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de São Tomé.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de São Tomé.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 494/09

SÚMULA:

Sugere a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de São Jorge do Ivaí.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de São Jorge do Ivaí.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 495/09

SÚMULA:

Sugere a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Quinta do Sol.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Quinta do Sol.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) DR. BATISTA

## INDICAÇÃO Nº 496/09

## SÚMULA:

Sugere a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Peabiru.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Peabiru.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) DR. BATISTA

## INDICAÇÃO Nº 497/09

## SÚMULA:

Sugere a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Paçandu.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Paçandu.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) DR. BATISTA

## INDICAÇÃO Nº 498/09

## SÚMULA:

Sugere a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Paranacity.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Paranacity.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) DR. BATISTA

## INDICAÇÃO Nº 499/09

## SÚMULA:

Sugere a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Ourizona.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Ourizona.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) DR. BATISTA

## INDICAÇÃO Nº 500/09

## SÚMULA:

Sugere a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Nova Esperança.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Nova Esperança.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) DR. BATISTA

## INDICAÇÃO Nº 501/09

## SÚMULA:

Sugere a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Nossa Senhora das Graças.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Nossa Senhora das Graças.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) DR. BATISTA

## INDICAÇÃO Nº 502/09

## SÚMULA:

Sugere a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Mariluz.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Mariluz.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) DR. BATISTA

## INDICAÇÃO Nº 503/09

## SÚMULA:

Sugere a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Munhoz de Melo.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Munhoz de Melo.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) DR. BATISTA

## INDICAÇÃO Nº 504/09

## SÚMULA:

Sugere a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Marumbi.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Marumbi.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) DR. BATISTA

## INDICAÇÃO Nº 505/09

## SÚMULA:

Sugere a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Marialva.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Marialva.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) DR. BATISTA

## INDICAÇÃO Nº 506/09

## SÚMULA:

Sugere a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Mandaguaçu.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Mandaguaçu.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) DR. BATISTA

## INDICAÇÃO Nº 507/09

## SÚMULA:

Sugere a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Lobato.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Lobato.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) DR. BATISTA

## INDICAÇÃO Nº 508/09

## SÚMULA:

Sugere a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Jussara.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Jussara.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) DR. BATISTA

## INDICAÇÃO Nº 509/09

## SÚMULA:

Sugere a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Jandaia do Sul.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Jandaia do Sul.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) DR. BATISTA

## INDICAÇÃO Nº 510/09

## SÚMULA:

Sugere a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Ivatuba.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Ivatuba.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) DR. BATISTA

## INDICAÇÃO Nº 511/09

## SÚMULA:

Sugere a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Iguaraçu.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Iguaraçu.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) DR. BATISTA

## INDICAÇÃO Nº 512/09

## SÚMULA:

Sugere a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Floresta.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Floresta.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) DR. BATISTA

## INDICAÇÃO Nº 513/09

## SÚMULA:

Sugere a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Engenheiro Beltrão.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Engenheiro Beltrão.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) DR. BATISTA

## INDICAÇÃO Nº 514/09

## SÚMULA:

Sugere a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Colorado.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Colorado.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) DR. BATISTA

## INDICAÇÃO Nº 515/09

## SÚMULA:

Sugere a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Cambira.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Cambira.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) DR. BATISTA

## INDICAÇÃO Nº 516/09

## SÚMULA:

Sugere a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Boa Esperança.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Boa Esperança.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) DR. BATISTA

## INDICAÇÃO Nº 517/09

## SÚMULA:

Sugere a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Atalaia.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Atalaia.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) DR. BATISTA

## INDICAÇÃO Nº 518/09

## SÚMULA:

Sugere a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Astorga.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Astorga.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) DR. BATISTA

## INDICAÇÃO Nº 519/09

## SÚMULA:

Sugere o pagamento de adicional para que os policiais possam se qualificar em curso superior, pós, mestrado e doutorado.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Mauro Moraes dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - o pagamento de adicional para que os policiais possam se qualificar em curso superior, pós, mestrado e doutorado.

II - estamos apresentando a presente indicação, objetivando atender inúmeras solicitações dos policiais militares como uma forma de incentivo aos nossos militares, para que eles continuem a estudar.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) MAURO MORAES

## INDICAÇÃO Nº 520/09

## SÚMULA:

Sugiro o pagamento de adicional noturno para os policiais militares.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Mauro Moraes dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - adicional noturno, a partir das 22h até 6h, para os policiais militares.

II - estamos apresentando a presente indicação, objetivando atender inúmeras solicitações dos policiais militares, tendo em vista a dificuldade do exercício dos trabalhos no horário noturno.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) MAURO MORAES

## INDICAÇÃO Nº 521/09

## SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Adrianópolis.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Adrianópolis.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

## JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da saúde no Município.

## INDICAÇÃO Nº 522/09

## SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Andirá.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Andirá.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

## JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da saúde no Município.

## INDICAÇÃO Nº 523/09

## SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Antonina.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Antonina.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da saúde no Município.

#### INDICAÇÃO Nº 524/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Bandeirantes.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador para solicitar o seguinte:

1. que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da Saúde no Município.

#### INDICAÇÃO Nº 525/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Guaraqueçaba.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador para solicitar o seguinte:

1. que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Guaraqueçaba.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da Saúde no Município.

#### INDICAÇÃO Nº 526/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Itaperuçu.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador para solicitar o seguinte:

1. que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Itaperuçu.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da Saúde no Município.

#### INDICAÇÃO Nº 527/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Cerro Azul.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador para solicitar o seguinte:

1. que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã no Município de Cerro Azul.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

#### INDICAÇÃO Nº 528/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Castro.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador para solicitar o seguinte:

1. que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã no Município de Castro.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

## INDICAÇÃO Nº 529/09

## SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Dr. Ulisses.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador para solicitar o seguinte:

1. que seja viabilizado a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã no Município de Dr. Ulisses.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

## JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

## INDICAÇÃO Nº 530/09

## SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Santa Mariana.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador para solicitar o seguinte:

1. que seja viabilizado a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã no Município de Santa Mariana.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

## JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

## INDICAÇÃO Nº 531/09

## SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Bandeirantes.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador para solicitar o seguinte:

1. que seja viabilizado a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã no Município de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

## JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

**Requerimentos**

## REQUERIMENTO Nº 1806

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e na qualidade de Presidente da Comissão de Indústria, Comércio e Turismo, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, autorização desta Casa de Leis para participar do evento Perspectivas para o Agribusiness em 2009 e 2010 que será realizado na Cidade de São Paulo entre os dias 03 e 05 de maio.

Outrossim, solicita-se o pagamento de passagem e diárias para tal representação.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) FERNANDO SCANAVACA

## REQUERIMENTO Nº 1864

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal e Estadual, Sr. Roberto Galvani.

Requerem, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI e  
DOBRANDINO DA SILVA

## JUSTIFICATIVA:

Dia 26 do corrente, faleceu em um acidente automobilístico aos 74 anos de idade o Sr. Roberto Galvani. Deixou viúva a Sra. Arlene Galvani, quatro filhos e dois netos.

Roberto Galvani foi Deputado Estadual e Federal, atualmente era Consultor da Agência Regional de Desenvolvimento do Extremo Oeste do Paraná (ADEOP).

Filho de César Galvani e Dona Lucrecia Galvani, nasceu em Curitiba no dia 18/01/35, diplomou-se em Contabilidade e Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná. Especializou-se em ELETRIC-Power Development Planing, Tóquio, Japão.

Dirigiu o Departamento de Água e Energia Elétrica. Foi Engenheiro da COPEL. Engenheiro do Departamento de Edificações e Obras Públicas e Especiais do Paraná.

Eis-me prezado amigo Roberto Galvani, ante seu corpo inanimado, prestes a voltar ao seio da nossa mãe comum. Recebas-te ao convívio de seus amigos e de seus entes queridos, a parca impiedosa e cruel. Resta-nos, todavia, um consolo, e a certeza de que viveste uma vista honrada dedicada a família, aos amigos e ao trabalho.

Um vácuo imenso nos invade a alma e nessa inteligência recusa-se acreditar no inevitável. Mas tal é a condição humana, viver, lutar, morrer.

Fica certo, amigo dileto Roberto Galvani, de que tua memória ficará viva em nossos corações e que seus exemplos continuarão a nortear nossa vida.

Sua família, a família que adoras-te despediu-se debruçada de lágrimas, dizendo que podes repousar tranquilo pois saberão honrar seu nome e cultivar sua memória.

Um amigo é o dom mais precioso com que os céus nos possam presentear. E agora mais do que nunca sentiremos saudades.

Que Deus na sua infinita bondade lhe retribua na outra vida o muito que fizeste pelos seus semelhantes.

Descanse em paz Roberto Galvani.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através destes Deputados, cumpre o dever de associar-se a dor que abalou a família Galvani, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que todos conforte.

#### REQUERIMENTO N° 1904

Senhor Presidente:

Em atendimento ao parágrafo 1°, inciso III do artigo 131 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos REQUERER ao Exmo. Sr. Presidente desta Casa o envio de nota de pesar à família do Professor João Pessoa Rodrigues, falecido em 27 de abril próximo passado.

O professor João Pessoa, nascido no ano de 1930, exerceu o magistério por mais de 35 anos, contribuindo com a formação de milhares de paranaenses que passaram pelos bancos escolares de nossas escolas públicas. Além da sua irrepreensível trajetória profissional, o professor João Pessoa Rodrigues atuou na defesa dos interesses da educação, tendo, entre outras atividades, a função de membro do Conselho Fiscal da APP-Sindicato, contribuindo para a história de lutas dos trabalhadores e trabalhadoras da educação paranaense.

Neste sentido encaminhamos nossos votos de pesar à família deste ilustre trabalhador paranaense, o qual deixou sua contribuição na construção da educação pública de qualidade no Paraná.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

#### REQUERIMENTO N° 1871

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após a anuência do soberano plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações pela celebração, no dia 3 de maio, do Dia da Soka Gakkai.

Quando era Prefeito de Londrina tive a honra e a alegria de assinar a Lei n° 7376, de 20/04/98, que instituiu o Dia da Soka Gakkai, para ser comemorado todo dia 3 de maio. Ao registrar tão importante comemoração, rendendo o reconhecimento aos dirigentes e membros, enalteçamos, também, os aplausos às mulheres, parceiras silenciosas do fantástico trabalho que tem por objetivo uma vida melhor para os seres humanos, além do apoio ao desenvolvimento cultural em todo o planeta. A paz é outro ponto extraordinário, tudo dentro dos ensinamentos do grande mestre Daisaku Ikeda.

Requeiro que a homenagem deste Poder Legislativo seja comunicada, ao respeitado cidadão dirigente Isamu Onozato, com os parabéns aos membros da BSGI de Londrina e Cambé, cidades que, irmanadas, comemoram o Dia da Soka Gakkai, com a gratidão pela efetiva contribuição que a BSGI vem dando ao Brasil ao longo de muitos anos.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO N° 1888

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto plenário, sejam enviados voto de congratulações, pelo 45° Aniversário de Emancipação Político-Administrativo do Município de Capitão Leônidas Marques, comemorado no dia 28/04/09.

Requer ainda, que seja dada ciência ao Exmo. Sr. Claudiomiro Quadri, D.D. Prefeito Municipal, enviando correspondência, Capitão Leônidas Marques/PR.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Do primeiro desbravador até os dias atuais, muito tempo já se passou nesta história de conquistas de um Município pujante que engrandece e orgulha a todos os paranaenses.

Capitão Leônidas Marques acaba de completar XX anos de emancipação política, uma data marcante e de importante significado para este povo que faz do trabalho diário, a marca de uma população engajada no progresso e no desenvolvimento social desta cidade.

Ao revisitar o passado, constata-se que a denominação de Capitão Leônidas Marques foi uma homenagem feita ao militar Capitão Leônidas Marques, representante do Governo do Estado na solução de problemas fundiários no Sudoeste paranaense.

Porém, vale lembrar que a primitiva denominação foi Aparecida do Oeste, e seus primeiros moradores foram as famílias de Angelo Magnabosco, João Rute Schmidt e irmãos, Primo Guratto, Sestílio Dalavalle e Silfredo Simão.

Inserido na região do baixo Iguaçu, o Município foi colonizado basicamente por pessoas dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A criação do Território Federal do Iguaçu, em 1943, deu impulso à região.

Nas décadas de 40 e 50, o Governo do Estado incentivou a colonização através de companhias imobiliárias. Em alguns municípios do sudoeste, imperou a tomada da terra, através da posse. A partir disso, intensificou-se o fluxo migratório na região, com famílias se estabelecendo e dando início a uma povoação.

Hoje, Capitão Leônidas Marques, conduzido pelo Prefeito Claudiomiro Quadri, é um exemplo de trabalho e de orgulho para toda a população. A Administração Municipal sabe, com inteligência, superar os obstáculos aparentemente intransponíveis, garantindo a viabilidade do Município que vislumbra horizontes promissores para os próximos anos.

Diante disso, parabenizamos o Município pela passagem de mais um aniversário e reconhecemos que a labuta valeu a pena.

#### REQUERIMENTO Nº 1905

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais REQUER, após ouvido o douto plenário, a consignação nos Anais desta Casa, de voto de congratulações ao professor Sebastião Francisco da Silva, pelo recebimento do Título de Cidadão Honorário do Município de Santa Terezinha de Itaipu.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 30 de abril do corrente, a Câmara Municipal de Santa Terezinha do Itaipu, dentro da programação de eventos alusivos aos 27 anos de emancipação político-administrativa, promovidos pelo Poder Executivo e Legislativo local, concede ao professor Sebastião Francisco da Silva, o Título de Cidadão Honorário daquele Município.

O homenageado foi Vice-Prefeito de Santa Terezinha de Itaipu, no período de 1997 a 2000, membro da Comissão de emancipação do Município, autor do hino do Município, e do livro intitulado “Na Trilha dos Pioneiros”, que resgata a história daquela Cidade.

Tratando-se o professor Sebastião Francisco da Silva, de pessoa do nosso conhecimento e sabedor este Parlamentar dos seus relevantes serviços prestados àquela comunidade, nos somamos àquela municipalidade, registrando como forma de homenageá-lo o nosso reconhecimento pelo seu trabalho em prol daquela população, consignando também nos Anais desta Casa o recebimento do honroso Título que lhe será entregue.

#### REQUERIMENTO Nº 1860

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. José Afonso Junior, Presidente do Sindicato Rural dos Produtores Patronais de Santo Antônio da Platina.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O ex-Prefeito e produtor rural José Afonso Junior assume a presidência do Sindicato Rural Patronal de Santo Antônio da Platina. Com a experiência de quem já foi Prefeito, Deputado Estadual e Secretário Estadual de Turismo, acumulou experiência em vários segmentos da sociedade local, mas nunca se esqueceu de suas raízes como agricultor e pecuarista.

Parabenizo por ser o Presidente do Sindicato Rural dos Produtores Patronais de Santo Antônio da Platina para o triênio 2009 a 2011, pela maneira cortês e eficiente, atuando sempre de forma ímpar, dando condições de realizar um trabalho digno e que venha atender aos anseios dos associados e da classe produtora.

#### REQUERIMENTO Nº 1872

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Maria da Luz Araújo de Freitas.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Maria da Luz Araújo de Freitas, eleita em votação, como destaque na Ação Social, pelos seus relevantes serviços prestados à comunidade, tendo sido homenageada pelo jornal Atos e Fotos que promoveu junto aos seus leitores, votação através de seu site, para comemorar seus 10 anos de circulação mensal na Região Oeste de Curitiba, tornando sua eleição uma manifestação da sociedade, que reconhece na sua pessoa, uma dedicada cidadã, que luta pela região e seus moradores.

#### REQUERIMENTO Nº 1873

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Salete Soinski.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Salete Soinski, eleita em votação, como destaque na área industrial da moda, pelo seu trabalho na indústria de confecção, gerando emprego e riqueza para a comunidade, tendo sido homenageada pelo jornal Atos e Fotos que promoveu junto aos seus leitores, votação através de seu site, para comemorar seus 10 anos de circulação mensal na Região Oeste de Curitiba, tornando sua eleição uma manifestação da sociedade, que reconhece na sua pessoa, uma dedicada cidadã, que luta pela região e seus moradores.

#### REQUERIMENTO Nº 1874

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Dinorah de Souza Mafra.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Dinorah de Souza Mafra, eleita em votação, como destaque na área de alimentação, pelo seu trabalho no setor alimentício, gerando emprego e riqueza para a comunidade, tendo sido homenageada pelo jornal Atos e Fotos que promoveu junto aos seus leitores, votação através de seu site, para comemorar seus 10 anos de circulação mensal na Região Oeste de Curitiba, tornando sua eleição uma manifestação da sociedade, que reconhece na sua pessoa, uma dedicada cidadã, que luta pela região e seus moradores.

**REQUERIMENTO Nº 1875**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Lúcia Kanteluki Kaminski.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem a Sra. Lúcia Kanteluki Kaminski, eleita em votação, como destaque na área de alimentação, pelo seu trabalho no grande setor alimentício, gerando emprego e riqueza para a comunidade, tendo sido homenageada pelo jornal Atos e Fotos que promoveu junto aos seus leitores, votação através de seu site, para comemorar seus 10 anos de circulação mensal na Região Oeste de Curitiba, tornando sua eleição uma manifestação da sociedade, que reconhece na sua pessoa, uma dedicada cidadã, que luta pela região e seus moradores.

**REQUERIMENTO Nº 1876**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Ivana Maria Saes Busato.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem a Sra. Ivana Maria Saes Busato, eleita em votação, como destaque na área da Saúde, pelos seus relevantes serviços prestados à comunidade, tendo sido homenageada pelo jornal Atos e Fotos que promoveu junto aos seus leitores, votação através de seu site, para comemorar seus 10 anos de circulação mensal na Região Oeste de Curitiba, tornando sua eleição uma manifestação da sociedade, que reconhece na sua pessoa, uma dedicada cidadã, que luta pela região e seus moradores.

**REQUERIMENTO Nº 1877**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Regina Ramina Montibeller.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem a Sra. Regina Ramina Montibeller, eleita em votação, como destaque na área de Administração Hospitalar, pelo seu trabalho no setor de saúde, gerando benefícios para a comunidade, tendo sido homenageada pelo jornal Atos e Fotos que promoveu junto aos seus leitores, votação através de seu site, para comemorar seus 10 anos de circulação mensal na Região Oeste de Curitiba, tornando sua eleição uma manifestação da sociedade, que reconhece na sua pessoa, uma dedicada cidadã, que luta pela região e seus moradores.

**REQUERIMENTO Nº 1878**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Abigail Rodrigues Silva.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem a Sra. Abigail Rodrigues Silva, eleita em votação, destaque como professora de piano, pelo seu trabalho dedicado ao ensino, gerando novos talentos dentro da comunidade, tendo sido homenageada pelo jornal Atos e Fotos que promoveu junto aos seus leitores, votação através de seu site, para comemorar seus 10 anos de circulação mensal na Região Oeste de Curitiba, tornando sua eleição uma manifestação da sociedade, que reconhece na sua pessoa, uma dedicada cidadã, que luta pela região e seus moradores.

**REQUERIMENTO Nº 1879**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Irmã Catarina Golombek.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem a Irmã Catarina Golombek, eleita em votação, destaque como Líder Educacional, pelo seu trabalho dedicado ao ensino, gerando novos talentos dentro da comunidade, tendo sido homenageada pelo jornal Atos e Fotos que promoveu junto aos seus leitores, votação através de seu site, para comemorar seus 10 anos de circulação mensal na Região Oeste de Curitiba, tornando sua eleição uma manifestação da sociedade, que reconhece na sua pessoa, uma dedicada cidadã, que luta pela região e seus moradores.

**REQUERIMENTO Nº 1880**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Wanda Aparecida Morais.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem a Sra. Wanda Aparecida Morais, eleita em votação, destaque como Líder Comunitária, pelo seu trabalho dedicado à sociedade, gerando benefícios para a comunidade, tendo sido homenageada pelo jornal Atos e Fotos que promoveu junto aos seus leitores, votação através de seu site, para comemorar seus 10 anos de circulação mensal na Região Oeste de Curitiba, tornando sua eleição uma manifestação da sociedade, que reconhece na sua pessoa, uma dedicada cidadã, que luta pela região e seus moradores.

**REQUERIMENTO Nº 1881**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Adriana Neves.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem a Sra. Adriana Neves, eleita em votação, destaque na área do voluntariado social, pelo seu trabalho dedicado à sociedade, gerando benefícios para a comunidade, tendo sido homenageada pelo jornal Atos e Fotos que promoveu junto aos seus leitores, votação através de seu site, para comemorar seus 10 anos de circulação mensal na Região Oeste de Curitiba, tornando sua eleição uma manifestação da sociedade, que reconhece na sua pessoa, uma dedicada cidadã, que luta pela região e seus moradores.

**REQUERIMENTO Nº 1882**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Colégio Militar de Curitiba pelos 50 anos.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem ao Colégio Militar de Curitiba pelos 50 anos de fundação, na pessoa de seu Diretor Geral, Cel. Luiz Quintino Martins de Figueiredo, que iniciou suas atividades de forma modesta, em uma pequena sala de aula anexa da 4ª Seção do Estado Maior do Quartel da 5ª RM/5ª DE, hoje com uma grande estrutura, incentiva a prática de esportes além do ensino de qualidade que é reconhecido pela comunidade curitibana e de outras regiões do Paraná, sua história é de uma instituição que formou e forma grandes cidadãos, com caráter, solidários e determinados, reconhecida como uma das melhores instituições de ensino da capital.

**REQUERIMENTO Nº 1883**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Programa Leonel Rocha e Campos.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem ao Programa Leonel Rocha e Campos, apresentado na Rede Mercosul, que promove a difusão das músicas sertaneja de raiz e moda de viola, divulgando novas duplas e lhes dando espaço para que se tornem conhecidas do grande público, prestando desta forma, um auxílio a mais aos novos talentos que surgem pelo Paraná, o programa torna possível o sonho de muitos cantores que estão em início de carreira, criando assim, um novo caminho para aqueles que ali se apresentam e demonstrando que existem muitos talentos em nosso Estado.

**REQUERIMENTO Nº 1884**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Noah Coral e Orquestra.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem a Noah Coral e Orquestra, equipe que possui mais de 15 anos de experiência em cerimoniais, casamentos, missas especiais, bodas, missas de formaturas e eventos empresariais, composta por um maestro, solistas, coral e instrumentistas do maior gabarito, com especialização no campo litúrgico musical, surgiu do trabalho de formação e acompanhamento de jovens, crianças e adultos promovendo com eles um encontro pessoal e uma maturidade em sua vivência de fé e espiritualidade, com o tempo incorporou ao seu repertório a música sacra popular, tornando-se desta forma, uma das orquestras mais solicitadas para animar liturgias.

**REQUERIMENTO Nº 1885**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Casa da Sfiha.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem a Casa da Sfiha, que através de sua culinária, transmite à sociedade curitibana algumas das tradições da colônia Árabe, demonstrando o espírito cosmopolita da Cidade de Curitiba e reforçando o turismo gastronômico da Capital. Por se tratar de uma cozinha tradicional, revela as mais profundas raízes de uma sociedade milenar que através dos séculos atrai os paladares mais críticos, conquistando-os com a qualidade e com os bons serviços prestados.

**REQUERIMENTO Nº 1886**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Nils Gunnar Skare.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem ao Sr. Nils Gunnar Skare, chefe do departamento de Oncologia Clínica do Hospital Erasto Gaertner, que realiza seu trabalho com competência e dedicação, levando afeto e conforto aos pacientes sobre sua responsabilidade, demonstrando que é possível amenizar o sofrimento dos doentes e dar-lhes esperança de recuperação, dispensando atenção genuína e espontânea, doando-se incondicionalmente para melhor realizar os processos de qualidade da instituição, fazendo o que é preciso ser feito e da melhor maneira possível, tendo como fundamento a clareza e o comprometimento para combater o câncer com humanismo, ciência e afeto.

## REQUERIMENTO Nº 1887

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Célio Guimarães.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

## JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Célio Guimarães, Vereador eleito no Município da Lapa, que realiza um excelente trabalho na área social da comunidade e na Câmara Municipal, elaborando leis, fiscalizando e julgando as contas do Executivo, emitindo sua opinião diante da inviabilidade de seus pensamentos e legislando sobre assuntos de interesse local, pelos relevantes serviços prestados à comunidade e pelo seu respeito e dedicação à democracia, ouvindo a população e levando suas reivindicações ao conhecimento de todo o Município, lutando para que sejam atendidas, promovendo, assim, o progresso da Cidade e o bem estar de seus munícipes.

## REQUERIMENTO Nº 1902

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Roberto Requião, DD. Governador do Estado do Paraná, e Exma. Sra. Lygia Pupatto, DD. Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, reiterando solicitação formulada por este Parlamentar através da Indicação Legislativa nº 087/08, apresentada em 22/04/08, visando a implantação do curso de Engenharia Ambiental na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, *campus* de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

## JUSTIFICATIVA:

Na UNIOESTE, *campus* de Foz do Iguaçu, o Centro de Engenharia e Ciências Exatas - CECE, dispõe dos cursos de Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Ciências da Computação e Matemática, podendo com a implantação do curso pleiteado, ser suprida a demanda de professores no primeiro ano do curso, pelos cursos citados, evitando assim despesas para o Governo do Estado.

Salientamos que o Curso de Engenharia Ambiental foi aprovado pelo Centro de Engenharia e Ciências Exatas, de acordo com a Ata nº 009/03 - CECE, no *campus* de Foz do Iguaçu, conforme a Ata nº 005/03 - GDG e Conselho Universitário - COU, de acordo com a Resolução nº 062/03 - COU.

As atividades exercidas pelo Engenheiro Ambiental é de fundamental importância para humanidade, sendo responsável pelo acompanhamento das políticas ambientais, na adequação ambiental dos empreendimentos de engenharia e no desenvolvimento de tecnologias de proteção ao meio ambiente. Por isso, entendemos que o Governo do Estado poderia implantar o curso de

Engenharia Ambiental na UNIOESTE, *campus* de Foz do Iguaçu, pois naquela região as questões ambientais têm um significado e preocupações especiais, pois o Município abriga o Parque Nacional do Iguaçu, Unidade de Conservação brasileira, tombado como Patrimônio Mundial Natural da Humanidade pela UNESCO, com um área de 185.262,20 hectares, onde se encontra as Cataratas do Iguaçu.

Foz do Iguaçu é um gigantesco laboratório para o curso pleiteado, pois além do Parque, encontra-se na região dois dos principais rios brasileiros: Rio Iguaçu e Rio Paraná, e o Município abriga também a Itaipu Binacional, cujo empreendimento é objeto de constantes estudos em razão do impacto ambiental ocasionado pela sua implantação.

Atualmente, o Governo Estadual mantém apenas um único curso de engenharia ambiental, implantado na Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO), *campus* de Irati. Para Foz do Iguaçu, a abertura do curso traria vários benefícios para a Cidade e o Estado, proporcionando ainda condições de alunos menos favorecidos e interessados em realizar o curso, fazê-lo sem custos.

Diante do exposto, é de fundamental importância que o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, dispense especial atenção ao pedido objeto do presente.

## REQUERIMENTO Nº 1907

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER depois de ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, extensivo a sua equipe, para parabenizá-los pela iniciativa da campanha realizada nesta terça-feira, 28/04/09, chamada "Multirão do Emprego".

Com o slogan "Crise se combate com emprego", por iniciativa do Secretário, a SETP realiza neste dia, essa importante campanha, que tem por objetivo oferecer 800 vagas de emprego imediatamente; sendo que a maioria destas será preenchida por trabalhadores sem experiência, algumas serão reservadas ao primeiro emprego e outras aos portadores de deficiência.

Os empresários que aceitaram este desafio também merecem nossos reconhecimentos e por isso, aproveitando essa oportunidade, solicitamos à equipe do Secretário que estenda essa iniciativa a todas as regionais destas Secretarias no interior do Estado, especialmente as regionais do Sudoeste e Centro do Estado.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

## REQUERIMENTO Nº 1901

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário, o envio de pedido de informações ao Governador do Estado, através da COPEL, para informar os seguintes questionamentos:

\* Em relação a construção da Usina Hidrelétrica Mauá, enviar xerocópia do processo licitatório, bem como a documentação da empresa qualificada/vencedora da referida licitação;

\* Enviar xerocópia do cronograma de obras da Usina Hidrelétrica Mauá;

\* Conforme determina o artigo 209 da Constituição Estadual, houve autorização do Poder Legislativo para proceder a construção da referida hidrelétrica?

\* Qual será o valor de investimentos para a construção da referida usina?

\* Enviar xerocópia da avaliação ambiental prévia da Bacia do Rio Tibagi.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) MARCELO RANGEL

## ***Projetos de Lei***

PROJETO DE LEI N° 190/09

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1° Ficam revogadas as Leis n°s 11035, de 04/01/95, que instituiu normas gerais sobre sorteio da modalidade denominada Bingo; a Lei n° 11668, de 28/01/97, que alterou a redação da referida lei; a Lei n° 9354, de 27/08/90; a Lei n° 9355, de 27/08/90; a Lei n° 9385, de 28/09/90; a Lei n° 9420, de 30/10/90 e a Lei n° 9455, de 20/11/90.

Art. 2° A Lei n° 14970, de 21/12/05, volta a produzir normalmente seus efeitos.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei tem a finalidade de corrigir um erro cometido na aprovação da Lei n° 15140, de 31/05/06. A referida lei foi aprovada com o objeto de revogar diversas leis estaduais e de forma errônea, no texto aprovado e sancionado, fez constar a Lei n° 14970 de 2005, que nada tem a ver com o objetivo tratado na Lei n° 15140 de 2006.

O legislador ao aprovar a Lei n° 15140 de 2006 pretendeu revogar diversas leis estaduais com a finalidade de aprimorar a legislação estadual no que tange as normas e sorteios na modalidade de Bingo.

As leis revogadas tratam desse tema específico com exceção da Lei n° 14970 de 2005, revogada erroneamente, esta, trata de um tema muito distante daquele, pois legisla sobre transporte coletivo.

Para que esse erro seja sanado a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, precisa aprovar esse projeto de lei, com a pretendida supressão e alteração da Lei n° 15140, devolvendo a Lei n° 14970 os seus efeitos.

PROJETO DE LEI N° 191/09

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1° Fica declarado de utilidade pública o Instituto São Cristóvão - ISC, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

**JUSTIFICATIVA:**

O Instituto São Cristóvão, constituído em 1998, é uma entidade com finalidades assistenciais, sociais e filantrópicas do Município de Curitiba. Promove atividades que proporcionam a qualificação social e profissional de vários trabalhadores.

A entidade visa ampliar os conhecimentos técnicos dos trabalhadores através de cursos, pesquisas e ações educacionais, permitindo que eles tenham melhor qualidade de vida e uma maior inserção na sociedade paranaense.

Pela importância e sensibilidade do serviço prestado por este instituto à nossa sociedade é que esta Deputada propõe o presente projeto.

PROJETO DE LEI N° 192/09

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1° Fica declarado de utilidade pública o Clube de Mães Esperança Viva, com sede no Município de Três Barras do Paraná e foro na Comarca do Município de Catanduvas.

Art. 2° Esta lei passa a vigorar na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) ELIO RUSCH

**JUSTIFICATIVA:**

Honosamente submeto à apreciação de V. Exas. o projeto de lei em tela, que tem como escopo declarar de utilidade pública o Clube de Mães Esperança Viva, com sede no Município de Três Barras do Paraná e foro na Comarca do Município de Catanduvas.

Trata-se de entidade filantrópica de direito privado, de natureza promocional e assistencial, sem fins lucrativos, que tem por finalidade a integração social das mulheres, realizando campanhas, eventos e promoções em benefício do clube a fim de desenvolver programas e projetos sociais.

Considerando os nobres objetivos dessa entidade, bem como o cumprimento de todos os requisitos para a concessão da condição de entidade de utilidade pública, inclusive a apresentação de documentação completa, é que conclamo aos ilustres Pares o apoio e a consequente aprovação da presente proposição de lei.

PROJETO DE LEI N° 193/09  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1° Os valores dos vencimentos básicos dos servidores, ativos e inativos, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e os cargos de provimento em comissão simbologias DAS e C do Poder Legislativo ficam reajustados no percentual de 6% (seis por cento), a partir de 01/05/09.

Art. 2° As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta da dotação orçamentária própria do Poder Legislativo.

Art. 3° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(aa) NELSON JUSTUS  
ALEXANDRE CURI  
VALDIR ROSSONI.

**JUSTIFICATIVA:**

O reajuste anual da remuneração dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná é medida necessária para a manutenção do plano remuneratório da Casa, além de ser previsto legalmente.

O percentual de 6% (seis por cento) do referido aumento vem de encontro ao estabelecido pelos demais poderes do Estado do Paraná em suas políticas salariais.

Assim, a fim de dar manutenção ao poder aquisitivo dos servidores do Poder Legislativo e, ainda, dar cumprimento ao disposto em lei, face à determinação de reajuste anual dos proventos remuneratórios, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI N° 194/09  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1° Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Altônia, lote de terreno urbano sob n° 01 (um) a 26 (vinte e seis) da quadra n° 28 (vinte e oito), com área de 11.592,00 m2 (onze mil quinhentos e noventa e dois metros quadrados), transcrição sob n° 6927 do 1° Ofício de Registro de Imóveis do Comarca de Umuarama.

Art. 2° O imóvel em questão será utilizado, exclusivamente, para o funcionamento de Centro de Educação Infantil, não podendo ter destinação diversa sob pena desta doação tornar-se, automaticamente, sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias que porventura venham ser edificadas ao patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) ALEXANDRE CURI

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei que visa a doação, ao Centro de Educação Infantil, lote de terreno urbano sob n° 01 (um) a 26 (vinte e seis) da quadra n° 28 (vinte e oito), com áreas de 11.592,00 m2 (onze mil quinhentos e noventa e dois metros quadrados), transcrição sob n° 6927 do 1° Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Umuarama.

Tem por finalidade a implantação do Centro Educação Infantil, para que a população do Município de Antônia possa desfrutar do centro.

Sendo assim esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente propositura.

PROJETO DE LEI N° 195/09  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1° Fica destinado 20% (vinte por cento) da arrecadação das multas auferidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, através do Instituto Ambiental do Paraná, para a Pastoral da Criança.

Art. 2° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) DR. BATISTA

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei que visa destinar 20% (vinte por cento) da arrecadação das multas auferidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, através do Instituto Ambiental do Paraná, para a Pastoral da Criança.

Sabendo da importância da estrutura da Pastoral da Criança - Coordenação Nacional e Coordenações Estaduais, Diocesanas, Paroquiais e Comunitárias - é a mais simples e ágil possível. Aproximadamente 75% dos recursos são gerenciados diretamente pelas equipes regionais, nas dioceses, que os distribuem às equipes paroquiais e comunidades, para possibilitar o trabalho voltado à população necessitada.

As coordenações diocesanas prestam contas à Coordenação Nacional que, concentrando a burocracia e descentralizando as atividades e os recursos, informatizou toda sua atividade, permitindo às fontes financiadoras o acesso imediato às informações sobre o alcance dos objetivos e a aplicação e uso dos recursos.

Esta agilidade da Pastoral da Criança é ferramenta importante para o sucesso de suas ações, permitindo o acompanhamento de milhares de crianças e gestantes em todo o país a um baixo custo.

Sendo assim contamos com o apoio dos nobres Pares para a provação da presente propositura.

PROJETO DE LEI Nº 196/09  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º A participação em concursos para ingresso no serviço público do Estado do Paraná serão exigidos:

- I - idade mínima de 18 anos;
- II - Cédula de Identidade (RG);
- III - Título de Eleitor;
- IV - Certificado de Pessoa Física (CPF);
- V - Certidão Criminal Negativa.

Art. 2º Fica proibido limitar idade de pessoas interessadas em participar de concursos públicos para admissão de pessoal nos órgãos públicos do Estado do Paraná, inclusive no magistério, Polícia Militar, Polícia Civil, Ministério Público, Tribunal de Contas e Empresas da Administração Indireta do Governo do Estado.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) ANTONIO BELINATI

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto estabelece norma para a inscrição de candidatos e candidatas interessados em ingressar no serviço público. Nosso objetivo é evitar que, para algum concurso, seja elaborado edital com regras que limitem a idade dos interessados em ingressar no serviço público de nosso Estado. É inadmissível desprezar-se o fator competência de quem precisa de emprego, unicamente por força de limitação de idade de quem deseja prestar concurso público. Reitero que este projeto, aprovado e transformado em lei, terá forte consequência social e humanitária.

PROJETO DE LEI Nº 197/09  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a Associação dos Servidores Públicos Municipais - ASPM, com sede e foro no Município de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(a) NEREU MOURA

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação dos Servidores Públicos Municipais do Município de Laranjeiras do Sul - ASPM é sociedade civil, sem fins lucrativos, de caráter beneficente e educacional, assistencial, com os principais objetivos descritos:

a) Prestar assistência social e financeira a seus associados, mediante empréstimos para custear tratamento de saúde comprovado, auxílio financeiro para funerais, sinistros e outras situações extremas;

b) Promover o desenvolvimento sócio-cultural, através de atividades sociais, esportivas, recreativas e educacionais;

c) Manter intercâmbio artísticos, cultural, social e desportivo com entidade congêneres;

d) Promover empréstimos da sede para eventos artísticos, culturais, sociais, desportivos, recreativos e educativos;

e) Estimular o desenvolvimento cultural dos associados, promovendo a realização de conferências e cursos;

f) Promover intercâmbio cultural e artístico com outras entidades;

g) Estimular a prática das diversas modalidades esportivas;

A Associação dos Servidores Públicos Municipais - ASPM, preenche todos os requisitos exigidos pela legislação para sua declaração de utilidade pública estadual, conforme se comprova com os documentos anexados. Pois, possui personalidade jurídica de direito privado sem fins lucrativos, demonstrado no estatuto, com certificado do registro no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Tadeu Veneri.

***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Sejam bem-vindos os nossos visitantes.

Antes de iniciar, fazer uma saudação aos servidores públicos do Estado do Paraná, ao fórum deles, onde houve uma reunião na manhã de hoje com a Secretária Maria Marta e o Secretário Enio Verri, que estão buscando a recomposição salarial. Mas mais do que isso, estão também com uma pauta, que inclui desde o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos da Saúde, que já é um pleito bastante antigo, estamos há seis anos aguardando que o PCCV venha a esta Casa, para ser votado. As gratificações também continuam congeladas. Sabemos que o movimento dos servidores públicos é extremamente rigoroso, que tem companheiros que fazem a coordenação desses fóruns, sabem das dificuldades que hoje, muitas vezes, estão enfrentando, para que possamos romper com o percentual de 6%. Sabemos também que o Governo tem argumentado as dificuldades de fazer qualquer concessão acima desse percentual.

O que entendemos, sim, é que precisamos fazer um esforço. Porque o DIEESE tem mostrado, através de estudos feitos nos últimos 60 dias, que há uma recuperação na economia do Estado, que não teve o mesmo impacto, felizmente, negativo, que o resto do mundo teve, que outros Países da América Latina tiveram e que outros Estados da Federação também tiveram. Aí o entendimento do DIEESE, do qual pactuam os sindicatos que fazem parte do fórum, que é possível que tenhamos um realinhamento salarial e possamos abrir negociações sobre outros pontos e não apenas a recuperação salarial, das perdas, ou os 15%, como foi feita aqui a votação, que está aprovada e já é lei o salário-mínimo regional.

Que possamos fazer um grande esforço junto ao Governo do Estado, para que tenhamos uma solução que contemple aos quais de 150 mil servidores ativos e aposentados e também a todos aqueles que têm no serviço público dedicado a sua vida para que possamos ser bem atendidos.

Uma saudação a todos. Espero que tenhamos nesta boa luta um resultado positivo.

Obrigado.

**(Aplausos)**

O que me traz a esta tribuna, Sr. Presidente, é uma situação que já acompanhamos no dia de ontem, com o Professor Lemos e demais Deputados daqui, que particularmente estamos vendo com muita preocupação. Hoje estive com os sindicatos ligados à COPEL, nessa situação específica, onde 700 funcionários dela poderão - não sei se serão - ser exonerados no Plano de Sucessão, que está sendo chamado como um plano que vem sendo feito para substituir os técnicos, engenheiros e demais servidores que estão nessa empresa, já com condições de requererem a sua aposentadoria - mas não ainda a aposentadoria complementar, pela Fundação COPEL - pediram agora neste momento, na reunião de diretoria da COPEL.

Ontem, o Presidente da COPEL, o Sr. Rubens, fez algumas afirmações, que eu gostaria aqui, com toda a consideração que tenho pelo Sr. Rubens, mas gostaria de fazer algumas ponderações. Uma delas diz respeito à afirmação que nós teríamos, ao contrário das demissões divulgadas por alguns veículos de comunicação nos últimos dias, a COPEL vai contratar 1 mil novos funcionários ainda este ano. O Presidente da empresa também afirmou que o quadro da empresa teria aumentado em 2003; o que tem ocorrido são pedidos de aposentadorias. E também anunciou novo concurso para o 2º semestre.

Primeiro, o que estamos tratando aqui é da exoneração compulsória de 700 funcionários da COPEL, todos eles com alta qualificação. Na reunião que tivemos hoje com todos os sindicatos ligados à área da COPEL, o que foi colocado com preocupação é que mesmo que tenhamos um concurso hoje, no 2º semestre, mesmo que essas pessoas assumam até o final ou o início do próximo ano, esses técnicos levariam no mínimo dois a quatro anos para assumirem determinadas funções. Funções extremamente qualificadas e que não podem ser feitas da noite para o dia.

## ***Passa a usar o horário da Liderança do PT***

Além disso, a COPEL, em nenhum momento, chamou os sindicatos para que tivéssemos um plano que pudesse ser feito de forma a contemplar aqueles servidores que porventura queiram se aposentar, para que eles possam cumprir o tempo de Fundação COPEL. Por que digo isso? Porque o Dr. Rubens afirmou o seguinte: pela Fundação COPEL não haverá nenhum prejuízo para esses servidores, porque todos eles terão complementos pagos pela Fundação COPEL para receber um salário no mesmo valor que ganham na ativa.

É isso que nós queremos. Mas, para que isso aconteça, é preciso que esses servidores cumpram os seus 30 anos de Fundação COPEL. Caso contrário, não haverá complementação, não na proporção dos funcionários da ativa. Então, o que está sendo dito hoje, está sendo dito pela metade.

A outra preocupação que ontem já trouxe aqui - fiz como pedido de informações que foi aprovado nesta Casa, vamos aguardar a resposta - é que o departamento jurídico da COPEL, não formalmente, mas na reunião da diretoria já se manifestou dizendo que espera uma grande quantidade de ações, o que trará fatalmente uma demanda judicial e há possibilidade real de um prejuízo para a COPEL, por conta dessas demandas judiciais.

Então, fico me perguntando: será que não é possível que tenhamos no diálogo, na compreensão, que a COPEL é maior que nós todos? Que a COPEL é uma empresa pública pela qual muitos que estão aqui lutaram para que não fosse privatizada? Será que não é possível que tenhamos um tempo suficiente para que essas 700 pessoas tenham o seu prazo para cumprir a sua aposentadoria? Porque o que estamos vendo hoje, diferente do que falou o Sr. Rubens Ghilardi, do qual eu já falei aqui, respeito muito a sua capacidade técnica, aliás é um aposentado que ocupa a presidência da COPEL, será que não passa pela diretoria uma outra situação que, a partir dessa deliberação, ninguém mais vai requerer aposentadoria? Nenhum servidor da COPEL vai requerer, porque ao requerer aposentadoria do INSS, fatalmente estará sendo colocado num plano de demissão compulsória. É um processo contraditório.

Há uma condição que foi colocada aqui, há uma afirmação feita nos jornais que: *Infelizmente, a mídia e os Deputados de Oposição acreditam em boatos. Hoje a COPEL conta com 8 mil e 400 empregados graças ao programa iniciado em 2003.* Não são boatos e não é a Oposição, eu não sou da Oposição. Meu partido está na base do Governo. Mas, não tenho que ter a opinião cega daqueles que pensam que vale apenas uma verdade. Nós não estamos, felizmente, mais num regime de partido único. Não é possível que todas as afirmações, por serem contraditórias àquilo que decide a diretoria A, B ou C, deste ou daquele segmento, possam ser entendidas como oposição à empresa. Isso não é verdade. Eu trabalhei 28

anos no Banco do Brasil e a diretoria do Banco do Brasil, pelo qual tenho o maior respeito e prezo muito, cometeu inúmeros equívocos, cometeu erros, além de equívocos, e nem por isso deixamos de dizer que o Banco do Brasil sempre foi a nossa principal referência.

A mesma coisa a COPEL. A diretoria da COPEL não pode se arvorar como a única verdade. Não é. Há outras verdades que têm que ser ouvidas pela sociedade paranaense, sob pena, se não o fizermos, de correremos o risco de termos um grande passivo. Temos, sim, a condição real de termos aqui um apagão técnico com esses 700 servidores que poderão sair, e o Presidente Ghilardi sabe disto, não é em um ano que se capacita um técnico. A COPEL perdeu cerca de 200 técnicos para a PETROBRAS, recentemente, que foram para lá.

Eu dou dois dados aqui, Deputado Cheida, que me chamaram a atenção na reunião de hoje: na região de Ponta Grossa são 25 empreiteiras que já prestam serviço para a COPEL, com 231 empregados contratados; na regional de Cascavel são dois funcionários da COPEL que prestam toda parte de assessoria que está sendo feita.

Ora, temos que ter cuidado, porque se ficarmos aqui o tempo todo dizendo que a COPEL é nossa, fizemos a defesa contra a privatização da COPEL, não podemos nos calar quando surgem dúvidas, e queremos esclarecer dúvidas, sim, temos este direito e vamos fazê-lo.

Então, acho que é legítima a proposta da COPEL? É legítima. Tem erros? Acredito que tenha erros. E por isso mesmo espero que o pedido de informação seja respondido, para que não tenhamos aqui o que me parece ser um processo açodado, tempestivo, sem ter sido discutido a tempo com todos os segmentos interessados e que vai trazer um grande prejuízo para a sociedade paranaense.

#### **O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Tadeu Veneri, apenas para cumprimentá-lo pela lucidez da proposta da medida, do requerimento, e dizer que estou com V. Exa. Vou votar favoravelmente, junto, até porque entendo que o alerta que V. Exa. faz cabe em todos os setores do Governo, principalmente num setor de alta capacitação técnica, que é o caso da COPEL.

Então, não há dúvida nenhuma que V. Exa. está coberto de razão. Eu fico aqui pensando quantos anos se leva para se formar um quadro técnico com a capacitação que têm os engenheiros e demais técnicos da nossa COPEL.

Então, não há dúvida que, no mínimo, esses esclarecimentos que V. Exa. pede à COPEL devam ser feitos, não apenas ao Parlamento, a V. Exa., mas sim a toda a sociedade paranaense.

Portanto, meus parabéns!

#### **O Sr. Professor Lemos (PT)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Quero aproveitar este momento para cumprimentar, mais uma vez, o Deputado Tadeu Veneri, Deputado combativo, lutador na defesa do interesse público, na defesa dos trabalhadores, dizer da importância do seu pronunciamento e do requerimento que V. Exa. apresenta. Vamos votar a favor, e mais do que votar a favor, militamos junto com V. Exa. para que sejam revertidas essas demissões na COPEL. Além de ser ilegal, é contra o interesse público.

Por isso, tem mérito a sua preocupação, o seu pronunciamento e também o requerimento que queremos ver aprovado aqui no dia de hoje.

#### **O SR. TADEU VENERI (PT)**

Obrigado, Deputado José Lemos.

Quero encerrar, Sr. Presidente, lembrando que quando fazemos algumas colocações aqui, primeiro tem o objetivo de esclarecer a população. Foi assim recentemente, aliás, não só nós fazemos isso, a imprensa quando faz isso, faz também com esse objetivo. Recentemente, no dia de ontem mais especificamente, um jornal da nossa Capital traz uma série de informações que precisamos ver esclarecidas aqui a respeito do uso dos valores que são destinados ao percentual de Saúde e que, indevidamente, estariam sendo usados, inclusive, para outras atividades que não têm absolutamente nada a ver com Saúde. Isso já vimos antes, para complementar 12% não têm nada a ver com Saúde.

Na sequência, no dia de amanhã, quero trazer esse debate para esta tribuna porque, como parte integrante da Comissão de Saúde, que tem o Presidente Ney Leprevost, acho que deveríamos chamar atenção para isso. Do mesmo jeito a COPEL, que mesmo com os seus 8 mil 400 funcionários, mesmo que 700 saiam, saiam no prazo de seis meses, um ano, não pode ser colocada numa situação de dúvida.

Quero aqui reafirmar que tenho o maior respeito por todos os servidores da COPEL e que não acho, em momento algum, que esses servidores queiram se agarrar no cargo, como ouvi alguns comentários, que não queriam sair. Olha, eles têm o direito de completar os 30 anos de Fundação. Mais do que isso, temos o direito de saber se a COPEL terá quadros qualificados para poder substituí-los a tempo. O que está se fazendo hoje é uma disputa que me parece absurda.

A reunião de diretoria que está sendo feita neste momento é para que possamos bater o martelo, é para que a COPEL possa bater o martelo e definitivamente implementar o seu plano. Não é um Plano de Demissão Voluntária. O Plano de Demissão Voluntária foi aquele implementado quando havia 1 mil funcionários nessas condições e que 300 aderiram. E por não ter tido a adesão que a diretoria entendia ser o número suficiente, a direção passou a discutir um novo projeto. Até aí é perfeitamente legítimo, não há ilegalidade em fazer esse debate. O que me preocupa é que temos uma grande quantidade de pessoas que hoje estão numa situação de

extrema dúvida sobre o seu futuro e que os sindicatos, legitimamente também representantes desses trabalhadores, em nenhum momento estão sendo chamados para colocar sua posição. Foram chamados em uma única reunião, deram a sua posição, não foi levado em conta e é isso, claro, que nos preocupa.

**A Sra. Luciana Rafagnin (PT)**

Rapidamente, só queria parabenizar V. Exa. pelo requerimento e por essa preocupação. É um momento que para nós é preocupante, tendo em vista a crise mundial, a crise que está atingido o nosso País.

Olhava na manhã de hoje, as informações, um programa importante que tem a Secretaria do Trabalho, lançando o programa que a crise se combate com o emprego. Multirão pelo emprego. No dia de hoje a intenção é gerar em torno de 800 empregos, é esse programa que a Secretaria está lançando hoje. Ficamos preocupados no momento em que se busca, o máximo, gerar empregos, e o momento em que a COPEL ameaça ter muitas pessoas desempregadas.

Quero parabenizar V. Exa. por isso e também pelo seu pronunciamento com relação aos servidores públicos que estão aqui nesta tarde. Nossa saudação, é muito importante a reivindicação, a organização. cumprimento a todos os servidores que estão nesta Casa.

Obrigado.

**O SR. TADEU VENERI (PT)**

Encerro apenas repetindo: não há na COPEL um Programa de Demissão Voluntária. Os servidores não estão sendo exonerados por não cumprirem o tempo de INSS. Não. Já estão aposentados pelo INSS, mas estão sendo “convidados” a se retirarem sem completar o tempo que lhes permitirá receber a complementação da Fundação COPEL. E o que está acontecendo, de fato, é que muitos desses servidores estão saindo e a COPEL está recontratando esses servidores com artifício de que eles criem empresas para prestar serviços para a COPEL. Se a COPEL vai pagar para a terceirizada, temos aqui na Assembleia Legislativa a obrigação de saber quanto isso significa para a COPEL e o que significa em termos de mão de obra, que certamente é o maior patrimônio que a COPEL tem.

Muito obrigado. Obrigado aos servidores por estarem aqui.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Com a palavra, no Pequeno Expediente, o Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida.

**Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)**

**O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas; quero saudar os servidores públicos do Estado que estão aqui entre nós, numa justa e legítima reivindicação dos seus salários.

Sr. Presidente, o que me traz à tribuna é um convite aos demais Deputados para o aniversário de dois anos de Detenção e Ressocialização de Londrina, chamado CDRL, que completa nesta quinta-feira dois anos de idade.

Recebi, por parte do Diretor do Centro de Londrina, o Major Raul Leão de Araújo Vidal, um convite que estendo aos demais Parlamentares, para que às 9h30 dessa próxima quinta-feira, estejam presentes ao culto ecumênico e às homenagens, seguidas de um coquetel.

Bem além do convite, é importante salientar que o Centro de Detenção de Ressocialização de Londrina, além de completar dois anos, diga-se de passagem, sem nenhuma fuga, o que denota um trabalho extraordinário na organização feita lá pelo Major Raul e toda sua equipe, é um centro que cumpre algumas determinações mais avançadas, do ponto de vista da ressocialização dos presos.

O CDRL conta, para que se tenha uma ideia, com 928 internos, numa área de 9 mil 979 m2, com 144 celas para presos coletivos, 96 individuais, 12 solares, 12 quartos para visita íntima, consultório médico, odontológico, enfermaria e assim por diante. Tem ali também, idealizado pelo Governador Roberto Requião e toda sua equipe, presos que são alunos e estão trabalhando, tendo renda, para que quando saírem, após o cumprimento de sua penas, poderem se reintegrar à sociedade e à sua família.

Para se ter uma idéia, é ali que fazem os chamados aquecedores solares, numa parceria com a Secretaria de Estado e Meio Ambiente, com aquecedor solar que ganhou recentemente um prêmio na América Latina como uma das iniciativas pioneiras e mais originais no que tange à busca e à procura de energias alternativas ambientalmente aceitáveis. Mas o Centro de Detenção de Londrina, que comemora dois anos, como disse, presta um serviço diferenciado, no sentido de ressocializar o apenado, baseado em trabalho, educação, disciplina, atenção à família, os servidores foram preparados para atenderem às necessidades básicas, visando a reinserção do indivíduo na sociedade.

**(Lê):**

*A Lei de Execuções Penais determina que a finalidade da pena, antes de constituir castigo ou punição, representa uma forma de submeter ao tratamento penal, quem cometeu um crime, dando condições para que esse indivíduo possa retornar ao convívio social de forma digna.*

*Partindo do princípio que o preso a sua liberdade, mas não a sua dignidade, o Governo do Estado do Paraná implantou uma proposta de realizar política pública para aquele que está excluído, em razão do delito praticado, que garanta o cumprimento da pena. Cabe à unidade penal fazer a segurança e custódia dos presos condenados, do sexo masculino, que cumprem pena, por decisão judicial, em regime fechado.*

*O tratamento penal aplicado no CDRL objetiva a reintegração social dos presos e o zelo pelo bem-estar, através da educação, trabalho, profissionalização, assistência jurídica, saúde, religião, material e social, bem como a assistência social à família do preso.*

Não há dúvida, Sr. Presidente, que a comemoração desses dois anos do Centro de Detenção não se prende apenas ao mero aniversário, a uma simples data festiva e comemorativa. Comemorativa sim, porque é preciso comemorar com muita vontade e de forma bastante efusiva um trabalho feito com esse, tocado de forma bastante exemplar e peculiar pelo Major Raul e todos os seus diretores, ou todos os membros, do staff executivo daquele CDRL. Portanto, fica o convite a todos, mas mais do que isso, as congratulações de toda a sociedade paranaense, com este tipo de trabalho que, sem dúvida nenhuma, é pioneiro no Paraná, mas é pioneiro no Brasil e vai fazer com que tenhamos, na volta destes indivíduos ao seio da família, uma condição extraordinariamente diferenciada na sua recuperação econômica e naturalmente social.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedemos a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Elio Rusch.

### ***Deputado Elio Rusch (DEM)***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, paranaenses que nos honram, no prazer de assistir a Sessão de hoje.

Primeiro, justificar que não participamos da Sessão de ontem aqui no plenário, nem eu nem os Deputados Fernando Scanavaca, Douglas Fabrício, Teruo Kato, Luiz Nishimori e Elton Welter, uma vez que estávamos em Brasília participando da reunião da CNA. E sobre isso vamos discorrer logo em seguida.

Hoje, uso este horário do Pequeno Expediente e também do Grande Expediente para discorrer sobre alguns assuntos que entendemos por demais importantes. Os Deputados da oposição e outros Deputados do Bloco Independente e até da Base do Governo, recentemente foram acusados pela Força Sindical de ter votado contra o emprego no Estado do Paraná.

Ora! O que se discutia naquele momento era uma emenda à Constituição, que instituía algumas obrigações para as empresas que recebem ou que venham a receber, melhor dizendo, benefícios fiscais por parte do Governo do Estado.

E esta PEC que foi votada aqui na Assembleia Legislativa e que não teve número suficiente para sua aprovação, não se aplicaria às empresas que já estão estabelecidas no Estado do Paraná e que já têm recebido benefícios.

O Deputado Fernando Scanavaca, que foi Prefeito, Deputado Estadual, empresário na área rural, empresário que mexe com comércio, com indústria, na sua empresa foram distribuídos folhetos dizendo que o Deputado Fernando Scanavaca era contra o emprego no Estado do Paraná.

Vejam onde nós chegamos. Essa PEC, que não foi votada aqui na Assembleia, na verdade era uma PEC demagógica, porque tínhamos uma lei no Estado do

Paraná conhecida como Lei do Ratinho, que instituiu efetivamente responsabilidades e obrigações para as empresas que recebem benefícios por parte do Governo. E esta lei diz mais: que o atual Governo do Estado deveria ter procurado as empresas que foram beneficiadas com incentivos fiscais para que fosse repactuado o contrato, o convênio, o protocolo assinado entre o Governo do Estado e as empresas que receberam o benefício, tanto é que aprovamos aqui um pedido de informações e até o presente momento não recebemos nenhuma resposta.

Tanto é que estávamos certos, os Deputados da Oposição e os ausentes, que não votaram nessa PEC, que logo após o Deputado Alexandre Curi apresentou, com outros Deputados, uma lei alterando a lei do Ratinho, confirmando que o Paraná já tinha uma lei que regulamentava disposto para as empresas que viessem a receber benefícios fiscais por parte do Governo do Estado. Essa lei está tramitando e acredito que não tenha sido votada ainda, porque estive ausente na semana passada por problemas de saúde. Essa lei do Alexandre Curi e outros Deputados apenas veio confirmar que estávamos certos, que não precisaríamos votar uma PEC quando já tinha uma lei ordinária que regulamentava dispositivos para as empresas.

### ***Passa a usar o horário do Grande Expediente***

Pois bem, ontem estávamos em Brasília junto com o Deputado Teruo e com o Deputado Douglas e quando chegamos ao hotel, abrimos a internet e a nossa assessoria, a Dra. Lídia, nos ligou e disse o seguinte: “Deputado, o senhor sabe o que aconteceu no Paraná? O Governo do Estado, através da COPEL, que é uma empresa estatal, tem demitido 300 funcionários e mais 700 estão na iminência de serem demitidos, ou por acordo”.

Então vejam, senhoras paranaenses e senhores funcionários que estão aqui presentes hoje, nós Deputados da Oposição, somos acusados de sermos contra o emprego, quando na verdade existe uma lei que regula. Mas, por outro lado, vem o Governo do Estado, através da COPEL, demitir os funcionários.

Deputado Ney Leprevost, tomei conhecimento que V. Exa. imediatamente procurou também saber o porquê, quais os motivos que levaram à dispensa desses funcionários, o Deputado Tadeu Veneri também apresentou um requerimento e aí somos tachados de Deputados da Oposição contra o emprego, quando o Governo do Estado, através da estatal, demite funcionários.

Agora, vejam o mais agravante, vejam o que aconteceu com este Governo do Estado. Não me canso de dizer que só existe uma coisa que confirma as atitudes de cada pessoa, que é o tempo. Aqui no Paraná instituímos e criamos o salário-mínimo regional, que não é instituído para o Governo do Estado, mas para o setor privado, para os funcionários que não têm dissídio coletivo. Quando o Governo do Estado manda uma mensagem

para cá propondo um aumento de 15%, nós, naquele momento, apresentamos uma emenda para que esse salário-mínimo fosse extensivo para os funcionários públicos estaduais, tanto civis como militares, no salário básico e não nos adicionais. O que aconteceu?

Os Deputados que são acusados pela Força Sindical de serem contra o emprego, a nossa emenda foi rejeitada, que garantia exatamente para os funcionários públicos estaduais o mesmo direito que os funcionários da iniciativa privada têm. Agora vejam o que aconteceu: o Governo do Estado determina que você, paranaense, tem que pagar 15% de aumento e agora ele manda uma mensagem para a Assembleia propondo apenas 6% de aumento. E o que o Governo alega na sua mensagem? Ao menos no portal da notícia ele diz que, diante da situação econômica e da crise, não dá para conceder mais do que 6%. Mas ele, quando determinou 15% para o setor privado, não olhou esse lado, e aí você tem que pagar. E o que vai acontecer? Senhores funcionários públicos, vamos ver o que vai acontecer sexta-feira agora, sexta-feira é dia 1º, Dia do Trabalhador. Olha, o palco está sendo montado aqui na frente, salvo engano deve ter uma grande concentração com grande show em favor do trabalhador do Paraná, a quem nós respeitamos, admiramos e defendemos. Agora, com toda certeza o Governador vai dizer o seguinte: “O maior salário-mínimo do Brasil é aqui no Paraná, que o meu Governo paga”. Não, não é o Governo dele, quem paga é a sociedade paranaense. Mas o Governo, para os seus funcionários, dá 6%, enquanto eles propõe 15% para o setor privado. Isso é que tem que ser visto, tem que ser lembrado.

É esse mesmo Governo, Deputado Antonio Belinati, que no ano passado, quando o Governo Federal, a quem o meu Partido Democratas, Oposição ao Governo Lula, mas a verdade tem que ser dita, quando se cria, instala-se o piso nacional dos professores, que foi defendido pelo Governador Roberto Requião e pelo Secretário de Estado da Educação, que na época era o Maurício Requião, defenderam o piso nacional dos professores. E quando foi instituído o piso nacional, o que o Governador Roberto Requião fez com outros Governadores? Entra com uma ADIN no Supremo, arguindo a inconstitucionalidade da lei. Para corrigir a sua mancada, manda para Assembleia Legislativa e cria, através de uma mensagem, dizendo: “Vamos criar o piso estadual dos professores”. Na época, quando foi votado o piso nacional dos professores a R\$ 950, aqui no Paraná ele disse: “O do Paraná vai ser maior, vai ser R\$ 1 mil 392”.

Dia 10 de dezembro, Deputado Nelson Justus, estava na Ordem do Dia para votarmos o piso estadual dos professores. O que os Deputados da base do Governo fizeram? Retiraram o projeto por 10 dias para ser votado apenas este ano. Este ano, senhores funcionários, quando votamos o salário-mínimo regional, numa terça-feira, no dia seguinte, menos de 24 horas depois, o Governador retira definitivamente o projeto que institui o projeto estadual dos professores. E os professores do Paraná dizem o quê? Que foram enganados.

Deixo para os paranaenses, para os funcionários e deixo para os professores para cada um tirar a sua conclusão. Mas olha, há dois pesos e duas medidas, e quando era criança, Srs. Deputados, alguém me dizia: “Olha, pimenta nos olhos do adversário sempre é frescor”. E eu acho que essa frase se aplica muito bem ao momento político e administrativo que vivemos no Estado do Paraná.

#### **O Sr. Antonio Belinati (PP)**

V. Exa. me concede um aparte?

#### **(Assentimento)**

Nobre Deputado Elio Rusch, os cumprimentos a V. Exa. pela objetividade do pronunciamento. Mas pego uma carona no pronunciamento do senhor para prestar irrestrita solidariedade aos mais de 700 funcionários e funcionárias da COPEL. São funcionários da mais alta competência, que trabalham com garra, com amor, fazendo com que a COPEL seja uma das empresas mais respeitadas do mundo. Não é só pelo trabalho de Governador, do Presidente da COPEL ou da diretoria; temos que ver a COPEL como um todo. E o amor, a dedicação desses funcionários é que tem transformado a COPEL, tem feito com que, cada vez mais, ela se engrandea, ela cresça. E de repente estou vendo funcionário já passando mal-estar, vivendo sob tensão, porque não quer se aposentar, está no melhor da sua vida, e está sendo coagido a ir embora para casa. É mentira da direção da COPEL, e não são todos os diretores, porque teve diretores que discordaram da medida autoritária do Presidente da COPEL, tem diretor que não concorda, é mentira que o servidor vai para casa e vai continuar recebendo a mesma coisa. Ele vai ter uma quebra na sua aposentadoria e muito mais. Independente até do valor da aposentadoria, a pessoa não quer ficar em casa, ela está no melhor da idade, ela quer continuar sendo útil à COPEL, ao Paraná e ao Brasil.

Então, aproveito que V. Exa. abordou o assunto COPEL para dizer que a nossa Bancada do Partido Progressista está totalmente solidária.

Por que vão mandar para casa, mandar colocar o pijama, ficarem aposentados mais de 700 funcionários e, ao mesmo tempo, o Presidente da COPEL vem e anuncia que vai fazer concurso para contratar outros mil? Será que esses funcionários que vão ser retirados são incompetentes, na visão do Presidente da COPEL? Se forem incompetentes, por que somente agora estão tomando essa medida para aposentá-los? Se eles são competentes, por que não deixá-los ali numa hora de crise? Trabalhar faz bem para quem ainda está com saúde, com disposição.

Então, presto, Deputado Elio Rusch, nosso apoio, e voltaremos a falar sobre esse assunto, porque é uma medida autoritária, desumana, incompatível com aquilo que se prega numa democracia.

#### **O SR. ELIO RUSCH (DEM)**

Obrigado, Deputado Antonio Belinati.

Com toda certeza, esse é o tema que vai ocupar os grandes debates nas próximas Sessões aqui da Assembleia

Legislativa, quando iremos votar o aumento do funcionalismo público do Estado do Paraná. Tenho visto na imprensa que diversos Parlamentares já se manifestaram em apresentar as emendas.

Vamos mostrar que tecnicamente pode se dar um aumento maior que 6%, que fica dentro da Lei de Responsabilidade, porque temos os números. No ano passado, a receita corrente líquida do Governo do Estado, de quanto se gastou no ano passado, ficou em 42% e alguns dígitos em relação à receita. Quando, na verdade, você pode gastar até 49%. Lógico, existe daí gatilho, o limite prudencial, mas até 49% da receita o Governo do Estado poderia gastar, tranquilamente, com a folha de pagamento no Estado do Paraná, que ficou em 42%. Vamos apresentar esses números no debate, no transcorrer.

Rapidamente, Sr. Presidente, só queria lembrar, até para que fique registrado, que a CNA - Confederação Nacional da Agricultura, está realizando diversas reuniões e, ontem, reuniram os Deputados Estaduais do Brasil inteiro. Aqui do Paraná estavam presentes, representando esta Casa, os Deputado Scanavaca, Douglas Fabrício, Elton Welter, Teruo, Luiz Nishimori e mais a nossa pessoa. Os seis Deputados estavam representando o nosso Parlamento, Deputado Nelson Justus, quando se discute um tema tão importante que é a questão do meio ambiente do nosso Brasil.

A CNA tem contratado técnicos da mais alta qualificação profissional, da EMBRAPA e outros técnicos que militam no meio ambiente, que transmitiram informações sobre o Código Florestal Brasileiro para os Deputados Estaduais, ontem. Esta semana, a CNA vai reunir os Deputados Federais e os Senhores. Assim como aconteceu ontem, aqui no Paraná, as cooperativas do Estado do Paraná reuniram os Deputados Federais e os Senadores para discutir exatamente esse tema do Código Florestal Brasileiro, porque do jeito que está não tem como. Todo mundo sabe que tem que preservar o meio ambiente, mas não dá para inviabilizar a nossa agricultura economicamente. Temos lido na imprensa que as ONGs e os ambientalistas são contra mexer de qualquer forma no Código Florestal Brasileiro.

Ora, vejam os números que nos apresentaram. Quem apresentou não foi o Elio, quem apresentou esses números foi o Dr. Evaristo de Miranda, mestre e doutor em ecologia, chefe geral e pesquisador da EMBRAPA, monitoramento por satélite. Ele tem apresentado os números para nós.

Senhores funcionários que estão aqui presentes, é importante que saibamos que está acontecendo. A unidade de conservação e as terras indígenas ocupam hoje, no Brasil, 27%. Aliás é ocupado, única e exclusivamente, pelas unidades de conservação. As terras indígenas ocupam, também, dentro da reserva legal, junto com a conservação, 27%, e a reserva legal, 32%. As APPs 17%. Totalizando 71% da área do nosso Brasil, e é ocupada por quem? Pela unidade de preservação, terras indígenas e as APPs. Sobram 29%. Esse número não corresponde à

soma exata dos três anteriores, pois há um déficit da área para atender as APPs do bioma Amazônia e pontal do Mato Grosso, pantanal. A terra que temos hoje, mais de 70% está sendo já usada para conservar. E cria-se na sociedade brasileira e no mundo inteiro, vêm as ONGs para cá, que o Brasil e o brasileiro são os grandes responsáveis pela poluição da atmosfera, a camada de ozônio, quando na verdade o Brasil é responsável por 1% apenas.

Concedo um aparte ao Deputado Fernando Scanavaca.

#### **O Sr. Fernando Scanavaca (PDT)**

Deputado, eu gostaria de sugerir que, em se tratando desses pesquisadores paranaenses, esta Casa pudesse convocá-los para falarem o que falaram em Brasília. Seria de grande valia para todos nós, Deputados do Paraná.

Era a minha sugestão.

#### **O SR. ELIO RUSCH (DEM)**

Acho que é importante, até estávamos conversando, ontem, com os Deputados que estavam em Brasília, que além do Evaristo, que é paranaense, também o Gustavo Ribas, também é um paranaense e mestre em ciências do solo, doutor em Engenharia Florestal, pesquisador da EMBRAPA/Florestas, professor da Universidade Federal do Paraná, fez palestras magníficas para os Deputados Estaduais do Brasil inteiro. Se pudéssemos convidá-los, um dia, para virem aqui à Assembleia Legislativa para conversarem com os Deputados Estaduais, aquilo que representa os 20% da floresta brasileira no nosso Brasil.

Com toda certeza, vamos voltar outras vezes para falar sobre esse mesmo tema.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

### ***Grande Expediente:***

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Com a palavra o Deputado Professor Lemos.

Vamos inverter um pouco a ordem, a pedido do próprio Deputado Professor Lemos, que usa agora o Grande Expediente. Depois voltaremos com o Deputado Ney Leprevost, com o Deputado Teruo Kato, com o Deputado Belinati.

### ***Deputado Professor Lemos (PT)***

#### **O SR. PROFESSOR LEMOS**

Sr. Presidente Sras. e Srs. Deputados, servidores e servidoras de várias categorias aqui na Assembleia Legislativa.

Como servidor público que sou, como coordenador do Fórum dos Servidores que fui durante mais de seis anos no Estado do Paraná, juntos fizemos algumas conquistas importantes, seja de carreira, de condições de trabalho, de salário, seja a conquista da data-base, que conquistamos em 2007, seja a conquista da suspensão do desconto da previdência para os aposentados e pensionistas que

fizemos juntos. Hoje é mais um momento importante para a luta dos servidores do Estado do Paraná, avançar na conquista de, no mínimo 15% de reajuste nessa data-base. Então esta é uma luta importante.

O conjunto do Fórum dos Servidores, reunidos em Plenária, tirou a posição de trazer para a Assembleia, ainda na Comissão de Constituição e Justiça, emendas ao projeto de lei que tramita nesta Casa, que foi distribuído no dia de ontem, tratando do salário, mas tratando também das promoções, das progressões, que estão atrasadas, e os critérios da promoção, da progressão, porque são injustos com boa parte dos servidores públicos, sejam eles formados em nível superior, ou médio, ou fundamental.

Precisamos reparar a injustiça que já foi praticada com o agente profissional. Imediatamente promover o agente de execução e o ocupacional. Também precisamos da promoção imediata para os funcionários de escola, que são do quadro funcional de escolas do Estado do Paraná. Também precisamos reajustar as gratificações, que estão congeladas. Precisamos, além de reajustar, incorporar essas gratificações, para que elas possam alcançar os nossos aposentados. Também o transporte, o direito de ir e voltar do trabalho, que é um direito já consagrado aos trabalhadores do Brasil inteiro. E ao servidor público do Paraná, ele é limitado a quem ganha até três salários-mínimos e mesmo a este, a concessão do vale-transporte é de apenas dois vales-transporte por dia trabalhado, quando ele precisa de no mínimo quatro vales-transporte. Estamos propondo um auxílio-transporte, para alcançar todos os servidores públicos. É isto que o fórum deseja e é isto que apoiamos, que alcance todos os trabalhadores do serviço público. Também o auxílio-alimentação, que é para quem ganha até dois salários-mínimos e está congelado em R\$ 50, desde junho de 2000. Está defasado, precisamos corrigir esses valores, e mais do que corrigi-los, estender a todos os servidores públicos do Estado do Paraná.

Uma outra reivindicação muito importante dos servidores públicos é o enquadramento dos nossos servidores, que exercem função de nível superior e, no entanto, não recebem por esta função, por esta tarefa. Também aquele servidor e servidora que exercem função de agente de execução de nível médio, que recebem o salário de agente de apoio. Precisamos corrigir essa distorção, fazer o enquadramento corretamente, para fazer justiça com os nossos servidores do Estado do Paraná.

Também reivindicação muito importante dos servidores e, aqui, em especial, dos servidores da Saúde, que é a carreira que já foi debatida com a Secretaria da Saúde, por uma comissão construída com o Sindicato dos Servidores da Saúde e que já foi entregue à Secretaria da Administração e Previdência, que precisa necessariamente ser encaminhada como mensagem para esta Casa, para fazer justiça com esses servidores.

Lembramos aqui do piso nacional para professores e professoras do Brasil do Estado do Paraná, que hoje está no valor de R\$ 1.132,90. E é preciso ser praticado no

Estado do Paraná, sem considerar neste piso o vale-transporte. Porque esta é verba indenizatória e, portanto, não pode fazer parte do valor do piso. Por isso, o Estado precisa corrigir imediatamente, e retroativo a janeiro, o piso dos professores do Paraná.

Estou aqui como servidor público do Estado, sou professor da rede estadual, e aqui neste momento, na Assembleia Legislativa, como Deputado, que é também um servidor público do Estado do Paraná. Nós, aqui na Assembleia ou em qualquer outro cargo eletivo, somos servidores públicos temporários. Passamos por esses cargos. Mas no serviço público, concursado, não. Lá permanecemos a nossa vida toda, e quando nos aposentarmos, continuamos vinculados. Aposentados sim, mas inativos nunca. Sempre fazendo a luta para que o serviço público seja melhorado e que alcance todos aqueles que dependem e precisam do serviço público.

Então, os servidores públicos do Estado do Paraná, quando estão fazendo manifestações como estamos fazendo no dia de hoje, quando estamos lutando para melhorar a carreira, para melhorar o salário, para melhorar as condições de trabalho, não é uma luta corporativa. É uma luta na defesa do interesse público. Porque os serviços públicos que são prestados pelos servidores, ganham melhor qualidade quando o servidor público é vaporizado com quadro de carreira justo, com salário digno e condições adequadas de trabalho.

Por isso, estamos apoiando, defendendo, e os servidores públicos, através do fórum que é organizado por 14 sindicatos, têm a sua coordenação e a coordenação ampliada por representantes de todos os sindicatos, trará para esta Casa um conjunto de emendas que serão apresentadas. E queremos aqui, neste Plenário, poder contar com o apoio de todos os Deputados e Deputadas, por unanimidade, aprovar aqui uma lei importante que assegure salário, condições de trabalho e também carreira adequada. Quero mais uma vez aqui registrar o nosso apoio a esta causa importante.

Quero lembrar aqui também um tema que os servidores estão tratando e que precisa ser também respondido pelo Executivo, que é o atendimento à saúde do servidor público. O SAS não serve aos servidores. Portanto, precisamos, com urgência, alterar esse sistema, esse modelo, para que o servidor público tenha atendimento de qualidade. Porque os servidores estão descontentes com o modelo, com o sistema, o prestador de serviço também está descontente. Basta olhar para Cascavel, para Pato Branco, que estamos tendo dificuldade para encontrar hospital que queira se inscrever para ofertar o serviço de Saúde aos setores públicos. O sistema de Saúde está falido para o setor público, precisa ser retirado da UTI, consertado e, na verdade, precisa ser colocado no lugar desse sistema, um outro. Esse modelo que encaminha para o hospital uma quantidade “x” por mês, independente se o hospital atende ou não o servidor, ele não serve aos servidores, não atende o interesse público e por isso tem que ser alterado.

**O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)**

Primeiro quero concordar com V. Exa. sobre o atendimento de Saúde que é precário em todas as regiões do Estado. E há regiões que nem têm atendimento.

Mas, estamos aqui vivendo um dilema. A Oposição está vivendo um dilema. Temos uma proposição do Deputado Rangel, de emenda ao projeto do Governo, de concedermos aos servidores públicos 15%. E para nós seria importante apoio da Bancada do PT nessa emenda. Gostaria de saber de V. Exa., se pudesse nos adiantar, para que pudéssemos arregimentar os Deputados para aprovarmos essa emenda de autoria do Deputado Rangel.

Obrigado.

**O SR. PROFESSOR LEMOS (PT)**

V. Exa. já acompanhou aqui nesta Casa o voto do Deputado Professor Lemos com relação ao projeto que tramitou aqui, com as emendas. Não posso falar pela bancada, porque não fizemos reunião, vamos fazer no dia de amanhã, e vamos levar a proposta do Fórum dos Servidores, que não é diferente da proposta do Deputado Rangel, mas não é só isto. Os servidores solicitam outras emendas que serão apresentadas também neste projeto, já na CCJ, depois em Plenário.

**O Sr. Marcelo Rangel (PPS)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Deputado, parabéns pelo seu pronunciamento. Concordamos plenamente com a sua opinião e essas manifestações dos servidores públicos, na minha opinião, são manifestações legítimas, mas além da equiparação salarial, que é uma discussão que precisamos aprofundar aqui na Assembleia Legislativa, o reajuste mais justo para todos os servidores do Estado do Paraná, nós também temos que aproveitar o momento para discutirmos o Plano de Cargos e Salários, principalmente dos policiais civis e dos policiais militares, eles que estão desde 2006 pleiteando por isso e, talvez, na próxima semana, no momento que estivermos votando o reajuste para os servidores públicos, também possamos discutir com maior profundidade o Plano de Cargos e Salários para os policiais para melhorar inclusive a Segurança do nosso Estado. E eu gostaria de pedir também o seu apoio neste sentido, para que possamos discutir realmente esse assunto de extrema relevância para o nosso Estado.

**O SR. PROFESSOR LEMOS (PT)**

Obrigado pelo aparte.

Nós fizemos debate com representante de Associação do Corpo de Bombeiros, com os policiais civis e também com a AMAE, que esteve aqui conosco, aliás distribuiu um documento para todos os Deputados, fizemos reunião, eu assumi o compromisso de conversar com o Deputado Mauro Moraes, já conversamos rapidamente, precisamos aprofundar, ele que preside a Comissão de Segurança nesta Casa, para que possamos fazer uma

Audiência Pública, a data sugerida pela AMAE é 27 de maio, para que possamos debater inclusive a Emenda nº 19 de julho de 1998, que introduziu na Constituição brasileira o subsídio que aqui no Paraná já foi regulamentado para nós Deputados, no âmbito do Poder Legislativo, no Poder Judiciário também, precisa ser regulamentado agora para a Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros.

Então, estamos abertos para este debate. Não tenha dúvida que vamos sempre fazer a defesa e votar de acordo com o interesse público e dos servidores públicos do Estado do Paraná.

Para encerrar, então, quero registrar que hoje é o Dia Nacional da Educação. Olhando na imprensa hoje, só ouvimos falar que hoje é o Dia da Sogra e não se tratou na imprensa do Dia Nacional da Educação. Precisamos lembrar isto, que hoje é o Dia Nacional da Educação e a Educação é um direito de todos e precisa ser lembrada todo tempo.

E lamentar aqui a morte de um professor, lutador nosso de Jaguapitã, professor João Pessoa, um companheiro.

Obrigado.

**O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Questão de Ordem)**

É a primeira vez, em cinco mandatos nesta Casa, que o Presidente delibera passar por cima do Regimento. Estava inscrito e V. Exa. pulou o meu nome, pulou por cima do Pequeno Expediente. V. Exa. é um Lorde, mas hoje pisou no tomate.

### *Pequeno Expediente*

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

V. Exa. continua inscrito. Fiz questão de comunicar a V. Exa. que, a pedido do Professor Lemos, que estava preocupado com que seus professores pudessem se retirar, e alguns já estavam se retirando, e ele iria usar o Grande Expediente. Fiz uma deferência especial para ouvir o Professor Lemos e não creio que isso crie embaraço algum. V. Exa. vai falar logo em seguida. Essa é uma Mesa Executiva que não se cansa de inovar.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ney Leprevost.

### *Deputado Ney Leprevost (PP)*

**O SR. NEY LEPREVOST**

Gostaria inicialmente de cumprimentar o meu amigo, competente Presidente da Câmara Municipal do Município de Paranaguá, Vereador Ricardo, membro do PP daquele Município. Gostaria de externar aqui a nossa preocupação com o estado em que se encontra o hospital regional de Paranaguá.

Estive, na condição de Presidente da Comissão de Saúde, junto com vários outros Deputados, participando da inauguração desse hospital regional, que sem dúvida alguma é uma conquista para o Litoral do Paraná.

Mas me preocupo, porque nas últimas semanas tenho recebido inúmeras ligações de parnanguaras preocupados com a falta de médicos obstetras, de pediatras, de médicos que possam fazer o atendimento em UTIs neonatais. Inclusive tenho uma informação de que existem tomógrafos comprados para o hospital de Paranaguá, que já estão lá no hospital e ainda não foram instalados. Existem respiradores que estão no hospital e, talvez por alguma falha administrativa, ainda não foram instalados. Estão sendo mandadas pessoas de Paranaguá para UTIs aqui de Curitiba, inclusive do Município de Campo Largo. Lamentavelmente, três crianças faleceram nas últimas semanas na Cidade de Paranaguá, porque não foram removidas a tempo para UTIs neonatais aqui na região de Curitiba e lá não encontraram atendimento que precisavam.

Quero comunicar, Vereador Ricardo, o senhor que é um incansável lutador pela Saúde no Município de Paranaguá, que na quinta-feira da semana passada protocolei um pedido de providências urgentíssimas junto à Secretaria Estadual de Saúde e junto a Governadoria, para que Paranaguá possa ter os médicos especialistas, principalmente em relação a esse atendimento neonatal e para que o Secretário determine que os equipamentos que foram comprados pelo Governador, que estão lá à disposição do hospital, sejam instalados imediatamente. Não podemos mais, Sr. Presidente, ver crianças vindo a falecer no Litoral do Paraná por falta de um atendimento que poderia estar sendo prestado se houvessem médicos especialistas e se os equipamentos estivessem instalados. É preocupante essa situação.

Conversei com o Dr. Paulo Zanicotti, que é da regional de Paranaguá, ele concorda com essa preocupação. Acredito que com boa vontade o Governo pode se tornar mais ágil e a burocracia estatal pode deixar de emperrar as medidas que se fazem necessárias para que o hospital de Paranaguá, que é uma bela obra do Governo do Estado, não seja só belo por fora, não seja só belo fisicamente, mas seja também uma referência no atendimento às mães, às grávidas e principalmente às crianças recém-nascidas.

Quero dizer aos servidores aqui presentes e àqueles que nos assistem através da TV SINAL em todo Paraná, que estamos ao lado de vocês, com meu voto podem contar, votarei a favor de todas as emendas que forem propostas que representam os servidores.

Conversei há pouco com a Elaine, do SINDSAÚDE, vamos propor benefícios, não apenas de 15%, na data-base para os funcionários de Saúde, e sim para todos os funcionários públicos do Paraná, sejam professores, sejam policiais, sejam agentes penitenciários. Acredito que temos que valorizar o funcionalismo público. Acho que o aumento deveria ser de mais de 15%, mas se o viável nesse momento é de 15%, vamos votar por esses 15% e vamos nos irmanar com os demais Deputados que têm o compromisso de defender o servidor público neste Estado. Estamos do lado de vocês.

O Professor Lemos falava há pouco que hoje é o Dia Nacional da Educação. Acredito que um País mais justo, só se constrói com investimento em Educação. Ainda ontem, no início da madrugada, eu acompanhava pela TV Senado e aqui uma sugestão para a Casa, se for possível, que no futuro a nossa TV SINAL reprise as Sessões após a meia-noite. Não sei se teria algum custo a mais, mas se não tiver custo seria positivo, porque a TV Senado tem uma grande audiência quando termina o Jornal da Globo.

Ontem eu ouvia o Senador Cristovão Buarque, que falava sobre Educação. Um País melhor só será construído na medida em que possamos proporcionar ao filho do pobre a mesma qualidade de Educação que é ofertada ao filho do rico. Isso não se faz construindo belas escolas, isso se faz remunerando bem os professores, qualificando os professores, dando aos professores a oportunidade de trabalhar só na Educação, de não terem que fazer atividades extras para suprir as necessidades básicas do seu lar. O professor hoje, no Brasil, talvez seja uma das categorias que mais sofrem, assim como os servidores da Saúde, porque o desgaste emocional de um professor ou de um servidor da área da Saúde é imenso, como também é imenso o desgaste emocional de um policial militar, civil, de um agente penitenciário. O funcionário público, infelizmente, é muito discriminado no Brasil por causa de uma minoria que comete falhas e acaba havendo uma generalização da imagem negativa do funcionalismo público.

Temos que prestigiar o funcionalismo público e os professores, fazer com que no Brasil o professor seja respeitado. No Japão, todas as pessoas se curvam diante do Imperador, e diante do professor quem se curva é o Imperador.

Aproveitando que hoje é o Dia Nacional da Educação, quero defender aqui a categoria dos professores e defender o ensino integral no Brasil.

Defender escolas que possam ter os alunos por mais tempo dentro das mesmas, não só recebendo a Educação que já é prevista, mas tendo acesso a esportes, teatros, bibliotecas, acesso a outras atividades que façam com que outras pessoas possam se tornar mais cidadãos, porque aquele que é cidadão estará mais preparado no futuro para o mercado de emprego, para ter uma boa vaga no trabalho em que for almejar quando crescer e saberá cobrar das instituições, do Congresso, das Assembleias, das Câmaras, uma postura condizente com aquilo que a sociedade espera dos homens públicos. A cidadania, a injustiça social, a qualidade de vida se constroem com Educação.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do PP***

Também não posso deixar de falar do tema que é de minha responsabilidade, que é a Saúde. Na próxima quinta-feira nós, da Comissão de Saúde, estaremos promovendo um Congresso Estadual aqui na Assembleia Legislativa.

Estão todos convidados. Teremos palestras do Presidente da Associação Médica do Paraná, Dr. José Fernando Macedo; teremos uma palestra com o Conselheiro Fernando Guimarães, do Tribunal de Contas, que vai falar sobre o controle externo da Saúde Pública; teremos também uma palestra com o Dr. José Pinotti, ex-Reitor da UNICAMP, ex-Diretor do INCOR, Deputado Federal, ex-Secretário Estadual de Saúde do Estado de São Paulo, ex-Secretário Estadual de Educação do Estado de São Paulo.

Vamos ouvir vários palestrantes, vamos debater a Saúde no Paraná, vamos abrir espaço para que as Secretarias Municipais de Saúde do interior também apresentem os problemas, as sugestões, as reivindicações. Quero, portanto, fazer o convite formal a todos os Deputados e à população em geral, para que compareçam no plenarinho da Assembleia, na próxima quinta-feira, às 10h da manhã, ao Congresso Estadual da Comissão de Saúde.

Dentro deste tema, trago uma informação preocupante, que vai merecer uma análise mais profunda desta Casa. O Jornal do Estado de ontem, em uma matéria por sinal muito bem feita pelo jornalista Ivan Santos, que é um dos que fazem a cobertura diária desta Casa, informa, e eu aqui alerto o Governador e o Secretário da Saúde, que o Paraná está sob risco de ter suspensos os repasses da Saúde da área federal, e por quê? Porque é material de manobra, diz a matéria do jornalista Ivan Santos, patrulhamento e treinamento de cavalos, auxílio-fardamento, explosivos e munições, suprimentos de aviação e até manutenção de rodovias, são apenas alguns dos itens, no mínimo questionáveis, que foram incluídos pelo Governo do Estado na conta da Saúde Pública em 2008. Depois não tem dinheiro para aumentar os servidores da Saúde, para dar os 15%.

A prática já se tornou recorrente na atual gestão, diz a matéria do Ivan Santos, como forma de atingir artificialmente os investimentos no setor para que alcance-se os 12% da receita, exigidos pela Constituição Federal.

O que acontece? Pela Emenda nº 029, da Constituição Federal, o Governo tem que investir 12% da receita na área de Saúde. Aqui no Paraná estão colocando outros itens para maquiagem este investimento e fazer com que pareça que foram investidos 12%. Só que isto já está provocando problemas no Tribunal de Contas, no Ministério da Saúde e daqui a pouco será dado um argumento para que o Governo Federal deixe de repassar recursos que são fundamentais para a Saúde Pública no nosso Estado.

Diz a matéria do Jornal do Estado: *O relatório sobre os gastos está sendo analisado pelo Conselho Estadual de Saúde do Paraná desde o final do ano passado e a avaliação preliminar é de que as informações prestadas até agora indicam o não cumprimento do percentual mínimo exigido constitucionalmente de investimento na Saúde.*

É o caso, por exemplo, de R\$ 344 mil, gastos com auxílio-fardamento. Estão colocando auxílio-fardamento na rubrica da Saúde, Deputado Rangel! R\$ 44 mil reais despendidos com material de manobra, patrulhamento e treinamento de cavalos! Imaginem só que barbaridade,

quem será que gosta de cavalgar? O Conselho investiga ainda outras despesas que apareciam inicialmente no Relatório de Execução Orçamentária Preliminar, apresentado pela Secretaria no final do ano, com rubricas de alto valor, como R\$ 118 milhões em suprimentos de aviação. Essa análise ainda não está concluída, mas não significa que não possam ter ficado nos chamados restos a pagar de 2008, para serem quitados em 2009.

O Ivan Santos, na sua memória do Jornal do Estado, alerta também que esse problema já ocorria no Governo do Jaime Lerner e que, infelizmente, o Governo anterior vem respondendo a processos na Justiça devido a esse erro. O Governo Requião está incorrendo no mesmo erro que o Governo anterior incorreu, ou seja, o Processo nº 3415/07 contra o Estado e Requião está concluído, com testemunhas de defesa e acusação já ouvidas e aguarda apenas a sentença, que será proferida pelo Juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública, Marcel Rótuli de Macedo, um Juiz sério que já condenou o Governo anterior por essa prática. Então, a tendência é que o Governo Requião também seja condenado.

Existe ainda um outro processo na 2ª Vara de Fazenda Pública e o Tribunal de Contas já apontou que há um déficit nos investimentos de Saúde Pública no Paraná. Somente desde o ano de 2005, de acordo com o relatório, que teria sido deixado de investir mais de R\$ 381 milhões nas áreas de Saúde, Educação básica, ciência e tecnologia. Aí tem uma série de outras informações importantes, que vão motivar alguns pedidos de informação que vou apresentar na Casa, para que o Governo esclareça realmente o que está acontecendo e para que o Governo deixe bem claro se está cumprindo a Emenda Constitucional nº 029, que prevê o investimento de 12% da receita na área de Saúde, ou se realmente vem fazendo uma maquiagem, como revela esta matéria muito bem feita pelo jornalista Ivan Santos, do Jornal do Estado.

Não podemos mais admitir que a Constituição Federal seja desrespeitada, e quando se trata de Saúde, estamos tratando de vidas humanas. Com a vida humana não se brinca, e por isso subo a esta tribuna, não para criticar o Governo, mas para alertar o Governo, enquanto é tempo, para que corrija esse erro terrível que está sendo cometido.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Teruo Kato.

## ***Deputado Teruo Kato (PMDB)***

O SR. TERUO KATO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje, como foi falado, é o Dia Nacional da Educação e também Dia da Sogra. Na mídia, o que verificamos realmente foi um destaque bastante grande para as sogras, que realmente merecem o nosso respeito, merecem o nosso reconhecimento, mas acredito que a Educação poderia ter um maior destaque.

Como falou o nosso companheiro, Deputado Ney Leprevost, o desenvolvimento do País passa, obrigatoriamente, pela Educação. E a nossa defesa continua pela Educação integral, por maior investimentos

Trago aqui um assunto que foi recentemente objeto de um artigo do economista Cláudio de Moura Castro, que é uma pessoa que tem se aprofundado na questão da Educação, e nesse artigo ele faz uma crítica ao nosso modelo de alfabetização, já que numa avaliação feita pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, o PISA, o Brasil ficou em último lugar, ou seja, de 56 Países avaliados, o Brasil ficou em último lugar.

E nessa matéria ele traz um assunto que vale a pena estarmos também debatendo com relação ao modelo de alfabetização adotado aqui no Brasil. Nos países com ortografias alfabéticas, há duas formas de ensinar a ler e escrever. Em primeiro lugar a concepção fônica, parecida com o velho bê-á-bá, que considera indispensável ensinar de forma clara a relação entre fonema, que na verdade é com relação ao som, e o grafema, representado aí pelos garranchos das letras que as crianças fazem no início do aprendizado. Em segundo lugar a concepção ideovisual, que através de textos os alunos têm que construir as suas conclusões e procurar construir o seu saber. Ou seja, o aluno recebe a frase inteira, vai tentando tirar conclusões acerca do que significa e de como é a engenharia de transformar grafemas em fonemas.

O Brasil adota esse sistema ideovisual, os Países mais desenvolvidos, a exemplo da Finlândia, adotam a concepção fônica. Estados Unidos e também o Reino Unido tentaram os conceitos ideovisuais, e depois de uma avaliação eles também abandonaram.

Então, o que eu trago aqui é uma reflexão. Acho que no Brasil poderemos fazer uma avaliação desses conceitos. E lá em Paranaíba temos o Fórum de Desenvolvimento, Professor Lemos, que é composto por membros da comunidade, pessoas voluntárias, e que tem se aprofundado nesse assunto. E estão propondo lá em Paranaíba a implementação do modelo fônico, para que se faça uma comparação, e feita essa comparação então nós buscarmos talvez os melhores caminhos para que possamos melhorar a alfabetização no nosso País.

Particularmente, acho interessante, acho interessante fazermos esse experimento, conversei com o nosso Prefeito de Paranaíba, Rogério Lorenzetti, que prontamente se dispôs a avaliar essa situação, e possivelmente estaremos implementando nas escolas de Paranaíba esse modelo fônico que na verdade, poderá talvez nos dar uma luz para que possamos realmente reverter esse quadro, porque não é possível que o Brasil, sendo uma das grandes potências mundiais a nível econômico, na Educação tenhamos que amargar essa posição de último lugar na avaliação feita do PISA.

Então, trago esse assunto para reflexão e para que todos nós aqui na Assembleia também possamos, cada vez mais, defender investimentos na Educação e principalmente, gradativamente, as escolas em tempo integral, onde

os alunos possam estar, por meio do esporte e da cultura, melhorando cada vez mais seu nível de conhecimento.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Sr. Deputado Antonio Belinati.

### ***Deputado Antonio Belinati (PP)***

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Nelson Justus, Dr. Batista, figura humana, Deputado Stephanes, colegas Deputados. Àqueles que nos assistem, quero agradecer, porque muitos têm mandado e-mail com sugestões para nosso trabalho parlamentar. Na tela da sua televisão, embaixo, tem o endereço que cada paranaense pode escrever mandando sua ideia, sua crítica, sua sugestão.

O Messias assistiu ao nosso pronunciamento, ontem, sobre um concurso que está para ser realizado na Polícia Militar do Paraná, em que a idade para quem quiser ingressar na Polícia Militar tem que ser entre 18 e 30 anos. Ora, e quem tem mais de 30 anos não presta para mais nada? Vai ficar em casa? É um absurdo o Governo achar que quem tem mais de 30 anos não serve para mais nada! Então, meu caro Messias, estamos apresentando um projeto acabando com o limite de idade aqui no Paraná. Se o nosso projeto for aprovado, estabelecemos que para prestar concurso público tem que ter acima de 18 anos, título de eleitor, RG, CPF, não ter nenhuma condenação criminal transitada em julgado e não há limite para idade. O Governo não pode tratar ninguém com discriminação. Espero que o nosso projeto seja aprovado.

Temos convite para posse, dia 1º agora, do Prefeito eleito de Londrina, Homero Barbosa Neto.

Temos aqui um e-mail de Matinhos, do Sr. Jurandir Vanderbluck. Ele diz o seguinte: *Antonio Belinati, sou funcionário público aposentado, agente penitenciário. Gostaria que o senhor nos representasse perante os colegas.* Ele está querendo que esse aumento para servidor atinja, também, os aposentados do Paraná. Temos também e-mails de professores pedindo o nosso apoio.

Agora, paranaense que acompanha as Sessões por meio da TV SINAL, quantos discursos bonitos ouvimos, hoje, defendendo os servidores, 15%, incorporação de gratificação? Tudo maravilhoso! Agora, vai ter aqui o dia da verdade.

Hoje, na Comissão de Justiça, longe dos olhos dos servidores - os servidores já levaram a primeira "ferpada" - foi votado um projeto de minha autoria que estendia para os policiais civis, para os policiais militares, para todos os servidores os 15% de aumento. O que aconteceu com o nosso projeto? Acho que não haveria nem necessidade de falar. Foi fuzilado, foi enforcado igual o Saddam Hussein, foi rejeitado. Agora, discursos aqui maravilhosos, aplausos, mais aplausos e, de repente...

Acredito até que possa, no calor, quando esta galeria está lotada, até emenda de 15% ser aprovada, e depois o Governador veta. Aí sim pouca gente do lado de lá tem coragem de discordar do Governador. Aí “ferro” no servidor, porque aí vem o argumento de que a matéria é inconstitucional.

Estamos hoje aqui para defender os funcionários da COPEL, que estão querendo mandar para casa aposentados, sem completar o tempo de serviço para aposentadoria integral. São mais de 700 funcionários e funcionárias. Tem gente aí com nervos à flor da pele na COPEL, não quer se aposentar, quer continuar trabalhando. Então, nosso apelo ao Presidente da COPEL: não faça isso! Isso é um autoritarismo! Para que tomar uma medida afrontosa?

Se não completou o tempo de aposentadoria, por que mandar esse pessoal para casa aposentado? Eles vão perder dinheiro! Eu conversei com um funcionário que tem um carro, já fez compromisso baseado no atual salário da COPEL e, sendo aposentado, não vai continuar recebendo o mesmo valor, vai ser prejudicado.

O nosso apoio ao pessoal da COPEL e aos servidores públicos do Paraná, que estão aqui agora, porque a maioria está trabalhando, outros estão em manifestações pelas ruas de Curitiba; gostaria de hipotecar todo o apoio.

Lembrando que no serviço público, o funcionário não fica rico, não, se não ganhar na mega sena ou se não receber herança. O que tem de servidor endividado até as calças com agiotas, com financeiras, no crediário. Tem repartição pública que tem agiota que vive dentro das repartições, até aqui mesmo dentro da Assembleia Legislativa, emprestando dinheiro no paralelo e cobrando 5, 6, 8, 10% ao mês. Aí, o funcionário já ganha pouco, acaba se afundando mais ainda. Tem funcionário que às vezes briga com a esposa, a esposa briga com o marido. O filho às vezes briga com o pai porque ele quer alguma coisa e não entende que o pai é servidor público e que está com o salário achatado, endividado até o pescoço, não pode dar ao filho aquilo que o pai, servidor, gostaria, que a mãe, servidora, gostaria.

Então, queremos hoje, aqui, mesmo com poucos servidores, hipotecar todo o nosso apoio. E dizer que aquele painel poderá fazer a diferença no ano que vem, se fotografarmos o plenário, aqui, muito provavelmente, em outubro do ano que vem, muitos colegas serão aposentados pela pior aposentadoria que tem, que é a aposentadoria do voto, a derrota da urna. E a culpa não é do povo, não é do servidor, é porque o Parlamentar veio para cá e não cumpriu com os compromissos assumidos perante os servidores públicos, perante os paranaenses. Por isso, Parlamentares, se quiserem ser reeleitos, se quiserem continuar com o respeito e com o apoio dos servidores e servidoras, votem na emenda dos 15%, é uma intuição minha. Quem não votar, vai voltar derrotado para casa, por traição aos servidores do Paraná.

## ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Horário das Lideranças: PSDB; PDT; PMDB; Bloco PPS/PMN; Bloco PTB/PR; Bloco PSB/PRV/PV.

(**Todos declinam**)

Democratas: com a palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães.

## ***Liderança do DEM: Deputado Plauto Miró***

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras, e Srs. Deputados.

Eu ouvia hoje o Deputado Teruo Kato, lembrando do Dia Nacional da Educação. E quero, aqui, deixar registrado nos Anais desta Casa a inauguração que fizemos na Cidade de Ponta Grossa, onde o Prefeito daquela Cidade, o Pedro Wosgrau, inaugurou a ampliação e modernização da Escola Maria Eulina Santos Scheena, que fica na região do Itaiacoca, uma região de onde foi retirado muito talco. A escola situa-se na localidade do Biscaia.

Estivemos lá com o Prefeito Wosgrau; a Secretária de Educação, Professora Zélia; o Vereador Maurício Silva, que é um dos representantes daquela região; o Presidente da Câmara Municipal, Sebastião lá estava também e lideranças da região, do Itaiacoca e também do Biscaia; o Bernardo, um líder daquela região, morador muito antigo e que muito serve a toda aquela população.

Então, mais de R\$ 500 mil foram investidos na reforma daquela escola, onde a população estava muito contente com tudo aquilo que foi feito, dando condições para os professores poderem dar aula aos alunos, para que possam aprender dentro de um espaço físico muito ordenado e limpo, onde com certeza, a Educação poderá ser transmitida às crianças.

Deixar clara a minha posição e a do nosso partido, que vai assinar em conjunto com os demais Deputados da Oposição, a emenda do reajuste do salário dos servidores públicos estaduais. Vamos assinar essa emenda que propõe 15%, semelhante àquilo que aprovamos há dias atrás, na Casa, em uma iniciativa por parte do Governador do Estado, que impõe um salário-mínimo regional, que teve em torno de 15% de aumento. Aquilo que foi dado para o salário-mínimo regional, queremos transferir para todos os servidores públicos do nosso Estado do Paraná.

A minha posição é a favor dessa emenda. Vou assiná-la, em conjunto com todos os Deputados do nosso partido, do Democratas, que apoiam os servidores públicos do Estado do Paraná neste momento, onde o Governador pretende dar um reajuste de 6%. Vamos trabalhar para que o reajuste venha a ser de 15%.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Liderança do Governo, Liderança da Oposição.  
(**Declinam**)

## **Ordem do Dia:**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

## **Leitura do Expediente**

Sobre a mesa, Ofício s/n, subscrito pelo Deputado Teruo Kato, constante do expediente, comunicando sua ausência na Sessão Plenária do dia 27 de abril, devido ao fato de estar representando esta Casa em reunião organizada pela Confederação Nacional da Agricultura em Brasília. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicações nºs 492 a 518/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constantes do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado, a construção de uma Biblioteca Cidadã para que os respectivos Municípios; Sarandi, São Tomé, São Jorge do Ivaí, Quinta do Sol, Peabiru, Paicandu, Paranacity, Ourizona, Nova Esperança, Nossa Senhoras das Graças, Mariluz, Munhoz de Melo, Marumbi, Marialva, Mandaguaçu, Lobato, Jussara, Jandaia do Sul, Ivatuba, Iguaraçu, Floresta, Engenheiro Beltrão, Colorado, Cambira, Boa Esperança, Atalaia e Astorga. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 519/09, de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado, o pagamento adicional para que os policiais possam se qualificar em curso superior, pós-graduado e doutorado. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 520/09, de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado, pagamento adicional noturno para os policiais militares. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicações nºs 521 a 526/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Governador do Estado, viabilização de aparelho de ecografia para os respectivos Municípios: Adrianópolis, Andirá, Antonina, Bandeirantes, Guaraqueçaba e Itaperuçu. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicações nºs 527 a 531/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Governador do Estado, viabilização de uma Biblioteca Cidadã para os respectivos Municípios: Cerro Azul, Castro, Dr. Ulisses, Santa Mariana e Bandeirantes. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria dos Deputados Nelson Justus, Alexandre Curi e Valdir Rossoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1906, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, constante do expediente, solicitando autorização desta Casa para participar do evento "Perspectivas para o Agribusiness em 2009 e 2010", que será realizado na Cidade de São Paulo, entre os dias 03 e 05 de maio do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

## **Discussão/Votação**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## **Redação Final**

### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 538/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que organiza e constitui a proteção ao patrimônio cultural imaterial do Paraná e dá outras providências. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 538/08  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

### **D E C R E T A :**

Art. 1º Constituem o patrimônio cultural imaterial do Paraná, os bens culturais de natureza imaterial, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade paranaense, estando classificados nas seguintes espécies:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar;
- III - os modos de fazer;
- IV - os modos de viver;
- V - as criações artísticas, científicas e tecnológicas;
- VI - os saberes e conhecimentos tradicionais.

§ 1º Consideram-se formas de expressão, para os efeitos desta lei, o resultado perceptível aos sentidos humanos que exterioriza, por meio de um suporte.

§ 2º Consideram-se modos de criar, para os efeitos desta lei, os processos que permitem a exteriorização da expressão do espírito humano, que resulte em um bem cultural infungível.

§ 3º Consideram-se modos de fazer, para os efeitos desta lei, os processos que permitem a exteriorização da expressão do espírito humano, que resulte em um bem cultural fungível.

§ 4º Consideram-se modos de viver, para os efeitos desta lei, os processos comportamentais, individuais ou coletivos que exteriorizam a expressão do espírito humano.

§ 5º Consideram-se criações artísticas, científicas e tecnológicas, para os efeitos desta lei, a expressão criadora do espírito humano do campo das artes, ciências e tecnologias.

§ 6º Consideram-se saberes e conhecimentos tradicionais, para os efeitos desta lei, os conhecimentos desenvolvidos em grupo específico e transmitido de geração para geração.

Art. 2º O patrimônio cultural imaterial do Paraná, será acautelado pelo Poder Públicos, mediante os seguintes instrumentos:

- I - registro;
- II - pesquisa científica;
- III - narração;
- IV - garantia.

§ 1º Considera-se registro, para os efeitos desta lei, a descrição objetiva do bem cultural de natureza imaterial, sem qualquer emissão de juízo de valor, realizada por meio de documento escrito, fotográfico, fonográfico ou audiovisual.

§ 2º Considera-se pesquisa científica, para os efeitos desta lei, o processo inquirido de fenômenos com o propósito de compreendê-los e explicá-los;

§ 3º Considera-se narração, para os efeitos desta lei, o ato de exposição escrita ou oral sobre um bem cultural de natureza imaterial, com emissão de juízo de valor por parte de expositor.

§ 4º Considera-se garantia, para os efeitos desta lei, todo e qualquer ato ou ação do Poder Público que vise proteger a livre expressão do exercício do bem cultural imaterial acautelado.

Art. 3º São partes legítimas para provocar à instauração do processo de acautelamento de bens culturais de natureza imaterial do Paraná:

- I - o Governador;
- II - os membros do Conselho Estadual de Patrimônio Histórico e Cultural do Paraná;
- III - os membros do Conselho Estadual de Políticas Culturais do Paraná;
- IV - os Administradores de museus instalados no Paraná pelo Poder Público;

V - o Administrador da Biblioteca Pública Estadual do Paraná;

VI - o Administrador do Arquivo Público Estadual;

VII - entidades da sociedade civil; ou

VIII - qualquer cidadão.

Art. 4º O registro será instrumento utilizado para o acautelamento dos bens culturais de natureza imaterial do Paraná, classificados como modos de fazer, modos de criar e as criações artísticas, científicas e tecnológicas, mediante:

I - inscrição nos respectivos Livros de Registro:

- a) Livro de Registro dos Modos de Fazer;
- b) Livro de Registro dos Modos de Criar;
- c) Livro de Registro das Criações Artísticas, Científicas e Tecnológicas.

II - registro fotográfico específico por cada bem acautelado, se for o caso;

III - registro fonográfico específico por cada bem acautelado, se for o caso;

IV - registro audiovisual específico por cada bem acautelado, se for o caso.

Art. 5º A Pesquisa Científica será instrumento utilizado para o acautelamento dos bens culturais de natureza imaterial do Paraná, classificados como Formas de Expressão, Modos de Viver e Saberes e Conhecimentos Tradicionais, mediante:

I - guarda das pesquisas científicas realizadas e disponibilizadas por autor, para cada bem acautelado;

II - fomento, pelo Poder Público e sociedade, à realização de pesquisas científicas para cada bem acautelado.

Parágrafo Único. A pessoa física ou jurídica que disponibilizar sua pesquisa científica, para o acautelamento de bem cultural de natureza imaterial do Paraná, receberá do Chefe do Executivo o título de “Pesquisador da Cultura Imaterial do Paraná”.

Art. 6º A narração, será instrumento utilizado para o acautelamento dos bens culturais de natureza imaterial do Paraná, classificados como Formas de Expressão, Modos de Viver e Saberes e Conhecimentos Tradicionais, mediante a guarda, por cada bem acautelado, de toda e qualquer narração realizada e disponibilizada pelo autor.

Art. 7º A garantia, será aplicada a todas as espécies de bens culturais imateriais que estejam sob ameaça de sua livre expressão por pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas.

Art. 8º O processo administrativo para o acautelamento do patrimônio cultural imaterial do Paraná, bem como a responsabilidade pela guarda dos Livros de Registro e conjuntos documentais determinados nesta lei, será objeto de regulamentação a ser efetuada pelo Poder Executivo.

Art. 9º O Chefe do Poder Executivo Estadual, tendo como base o parecer favorável do Conselho Estadual de Patrimônio Histórico e Cultural do Paraná, determinará, mediante decreto, o acautelamento do bem cultural de natureza imaterial, e o respectivo instrumento de acautelamento.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28/04/09.

(aa) RIBAS CARLI FILHO - Presidente

TERUO KATO - Relator

### 3ª Discussão

#### ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 378/07, anexo Projeto de Lei nº 456/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que determina a cassação da inscrição, no cadastro de contribuintes do ICMS, na hipótese que especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ e CF. EMENDA DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CF. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO. Emendas - **Aprovadas**. Projeto - **Aprovado**.

#### ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 007/08, de autoria do Deputado Mário Roque, que institui no calendário oficial do Estado do Paraná o Dia da Pintura, a ser comemorado no dia 1º de agosto. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ.**

### 1ª Discussão

#### ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 056/09, de autoria do Deputado Chico Noroeste, que proíbe a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR de interromper o fornecimento dos serviços de água e esgoto, nos casos que especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **(Publicado no DA nº 012/09, de 03/03/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 056/09

P A R E C E R :

#### Preâmbulo

Objetivando coibir a interrupção da prestação de serviços de água e esgoto - motivada pela inadimplência do consumidor, face a cobrança de taxas diversas aos serviços prestados, a exemplo da taxa para coleta de lixo -, o presente projeto visa limitar a Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) a exigir somente pagamento referente aos serviços previamente autorizados pelos consumidores.

### Fundamentação

É de se ressaltar a relevância da matéria ora versada, uma vez que referente a bens essenciais e imprescindíveis à manutenção da vida. Entretanto, em que pese tal fato, cumpre à Comissão de Constituição e Justiça verificar, a priori, a constitucionalidade, legalidade, bem como a legitimidade do nobre proponente.

Considerando tratar-se da prestação de água e saneamento básico, interessante esclarecermos que “serviço público é uma atividade pública administrativa de satisfação concreta de necessidades individuais ou transindividuais, materiais ou imateriais, vinculados diretamente a um direito fundamental, destinada a pessoas indeterminadas e executada sob regime de direito público”<sup>1</sup>.

No Estado do Paraná, o fornecimento de água e esgoto é competente à SANEPAR, a qual se caracteriza, consoante os termos contidos em seu estatuto social<sup>2</sup>, como empresa de economia mista, sendo, portanto, integrante, da Administração Pública Indireta. Insta esclarecer que as empresas de economia mista são regidas pelo direito privado, parcialmente derogado por normas de ordem pública, e pela necessidade de serem afetadas a uma finalidade de cunho público<sup>3</sup>.

De outro lado, o Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8078/90, dispõe que é direito básico consumerista a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral<sup>4</sup>. Ademais, ressalta a obrigatoriedade dos órgãos públicos - neste caso específico a concessionária (SANEPAR) - em fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos<sup>5</sup>.

A taxa de coleta de lixo, inicialmente, tinha sua cobrança lançada anualmente no carnê de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano); e sua base de cálculo levava, portanto, em consideração o metro quadrado de área construída do imóvel, à razão de R\$ 0,31/m<sup>2</sup><sup>6</sup>. Ou seja, um imóvel de 100m<sup>2</sup> arcaria com a taxa anual de R\$ 31,00.

Em virtude de altos índices de inadimplência no pagamento do IPTU, bem como à taxa de coleta de lixo, a Prefeitura Municipal em parceria com a SANEPAR passou a instituir a cobrança da taxa de coleta de lixo juntamente com as faturas de água e esgoto. Entretanto, a base de cálculo tributária, contrariamente ao que antes era instituída, passou a incidir sobre o volume de água consumido.

Desta forma, instituiu-se a chamada “cobrança casada”. Apesar de reduzir o déficit municipal quanto à inadimplência de pagamento tributário (IPTU), a realização desta cobrança impossibilitou a desvinculação do consumidor ao pagamento da taxa de lixo. Destarte, os consumidores viram-se na obrigatoriedade de pagar tributo, alheio aos serviços próprios prestados pela SANEPAR, pois, do contrário, teriam por interrompidos o abastecimento e fornecimento de água<sup>7</sup>.

1. JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2006, p. 487.

Quanto a esta temática, o Ministério da Justiça, através da Secretaria de Direito Econômico, editou a portaria de nº 03, em 19/03/99, em complemento às normas do CDC, estabelecendo que são nulas de pleno direito as cláusulas que permitam ao fornecedor de serviço essencial (água, energia elétrica, telefonia) incluir na conta, sem autorização expressa do consumidor, a cobrança de outros serviços.

Excetuam-se os casos em que as prestadora do serviço essencial informe e disponibilize gratuitamente ao consumidor a opção de bloqueio prévio da cobrança ou utilização dos serviços de valor adicionado”.<sup>1</sup>

A citada Portaria da Secretaria de Direito Econômico veio acompanhada de despacho, onde consta a justificativa da ampliação do elenco das cláusulas abusivas. No item 3 do Despacho, consta, a título de nota explicativa:

“Cobrança casada. É comum aos órgãos públicos, por si ou suas empresas concessionárias, permissionárias, sem a prévia autorização do consumidor, incluir em avisos/contas de consumo de serviços por elas prestadas, serviços outros que refogem à sua finalidade, tal é o caso da telefonia, taxa de iluminação nas contas de energia elétrica, coleta de lixo em faturas de consumo de água, etc. No caso da telefonia, trata-se de serviço de valor adicionado, como por exemplo, os serviços 0900, que deverá ser oferecida a opção do bloqueio da cobrança, sempre gratuita. Caberá ao órgão que tem atribuição de regulamentar a forma de bloqueio e garantir que essas informações de como proceder, sejam prestadas sistematicamente aos consumidores. Referidas formas de bloqueio deverão ser aprimoradas de modo a permitir aos assinantes escolherem os serviços a que não queiram ter acesso. Vale realçar ainda, comumente o serviço é interrompido porque não é facultado ao consumidor destacar o valor correspondente à fruição do serviço essencial. Incidência do artigo 6º, III, artigo 12, 22, 39, 51, XII, da Lei nº 8078/90, artigo 67, parágrafo único, artigo 76, II e parágrafo 1º da Portaria nº 466/97, da DNAEE, atual ANEEL” (grifos nossos).

Ao incluir na fatura de consumo de água cobrança de taxas municipais ou outras provenientes de contrato de prestação de serviços ou convênios havidos entre a SANEPAR e terceiros, que não foram previamente autorizados pelos consumidores, a referida entidade pública pratica ato abusivo e ilegal, pois deveria exigir a manifestação prévia e individual do consumidor, que não pode ser obrigado, unilateralmente, a pagar, na mesma conta, taxa alheia a avença de origem.

A inclusão, na fatura, de tributo não diretamente relacionado ao serviço prestado, sem prévia autorização do consumidor, é prática ilegal e abusiva, a qual contraria o artigo 6º, III, IV 22 e 51 do CDC:

*Art. 6º São direitos básicos do consumidor:*

*III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;*

*IV - a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços;*

*Art. 22. Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.*

*Art. 51. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:*

*IV - estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade;*

Diante desta constatação, demonstra-se necessário observar a legitimidade da presente propositura, através

2. Estatuto Social da Companhia de Saneamento do Paraná, arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 20051643057 em 30/05/05 que dispõe: Art. 1º A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, constituída em 23/01/63, como sociedade por ações, companhia aberta, de economia mista, será regida por este Estatuto e pela legislação aplicável e destina-se a exploração de serviços públicos e de sistemas privados de abastecimento de água, de coleta, remoção e destinação final de efluentes e resíduos sólidos domésticos e industriais e seus subprodutos, de drenagem urbana, serviços relacionados à proteção do meio ambiente e aos recursos hídricos, outros serviços relativos à saúde da população, prestação de consultoria, assistência técnica e certificação nestas áreas de atuação e outros serviços de interesse para a SANEPAR e para o Estado do Paraná, dentro ou fora de seus limites territoriais, podendo, para atingir tais fins, participar, majoritariamente ou minoritariamente, de consórcios ou sociedades com empresas privadas.

3. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Curso de Direito Administrativo**. 20ª. Ed. Atlas, São Paulo, 2007, p. 392-394.

4. Art. 6º, *caput*, da Lei Federal nº 8078/90. São direitos básicos do consumidor:

X - a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.

5. Art. 22, *caput*, da Lei Federal nº 8078/09. Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.

6. <http://resol.com.br/curiosidades/curiosidades2.php?id=2142>

7. Art. 38, *caput*, do Decreto Estadual nº 3926/88. O abastecimento de água do usuário será interrompido pela SANEPAR nos seguintes casos, com aplicação de multas, sanções e penalidade previstas neste regulamento e de conformidade com os artigos 54 e 55:

a) falta de pagamento da conta.

da análise do que determina nossa Constituição Federal acerca das competências relegadas aos Estados, em seu artigo 25. Vejamos:

*Art. 25° Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios dessa Constituição.*

*§ 1° São reservada aos Estados as competências que não lhe sejam vedadas.*

Como não é vedada, consequentemente é autorizada pela Constituição Federal, visto que não há nenhuma disposição contrária a tal matéria, nem em âmbito constitucional e nem em âmbito infraconstitucional.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

*Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.*

*Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.*

Ainda sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu artigo 65:

*Art. 65. A iniciativa das leis, complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

Ainda, o presente projeto de lei atua no mesmo sentido do que já dispõe a resolução do Ministério da Justiça, supracitada.

Importa destacar, igualmente, que a cobrança casada constitui em prejuízo ao consumidor, conduta que é vedada pelo Código de Defesa do Consumidor, sendo a competência legislativa para iniciar o processo legislativo encontrada no rol de competências concorrentes entre a União, Estados e Distrito Federal, conforme artigo 24, VIII da Constituição Federal:

*VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;*

Dessa forma, ao instituir a proibição de cobrança casada sem a prévia autorização do consumidor interessado, o legislador estadual atua no âmbito da legislação concorrente, suplementando aquilo que já dispõe o Código de Defesa do Consumidor.

Destarte, não há qualquer empecilho constitucional ou infraconstitucional que impeça o normal trâmite da presente proposição.

1. Item 03 da Portaria nº 03, de 19/03/99, editada pelo Ministério da Justiça (SDE).

Quanto à técnica legislativa utilizada, observa-se que o presente projeto de lei está em plena conformidade com os ditames legais estabelecidos pela Lei Complementar nº 095/98.

#### Conclusão

Ante o exposto, tendo em vista a presente constitucionalidade do projeto, opinamos pela sua aprovação, forma da emenda anexa do autor.

Sala das Comissões, em 31/03/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 056/09

Art. 1° Fica SANEPAR proibida de cobrar taxas municipais ou outros serviços na fatura de água e esgoto, que não foram formalmente e antecipadamente autorizados pelos consumidores.

Parágrafo único. O consumidor que não desejar a cobrança de outros serviços, conjuntamente com a fatura de água e esgoto, poderá requer a exclusão, a qualquer tempo, dos encargos provenientes dos mesmos, inclusive dos encargos já lançados, sendo facultado ao consumidor efetuar somente o pagamento dos valores de água e esgoto, ficando a cargo dos Municípios ou terceiros a cobrança de outros serviços, através de outros meios.

Art. 2° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04/03/09.

(a) CHICO NOROESTE

#### Requerimentos

##### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1824 e 1826, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1901, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1860, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1871, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1888, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1864, de autoria dos Deputados Antonio Anibelli e Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1872 a 1887, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1902 e 1905, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1907, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1904, de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

### ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 29, a hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 378/07 e 007/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 225/08, 034 e 124/09.

Levanta-se a Sessão.

### ***Publicações:***

#### ***Indicações Legislativas***

INDICAÇÃO LEGISLATIVA N° 857

Autoria do Deputado Jonas Guimarães

##### **SÚMULA:**

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Educação a construção da cobertura da quadra poliesportiva da Escola Estadual Machado de Assis, no município de Tuneiras do Oeste.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Exmo. Governador do Estado e à Secretaria da Educação, que determinem a construção da cobertura da quadra poliesportiva da Escola Estadual Machado de Assis, no município de Tuneiras do Oeste.

Requer, outrossim, seja dada ciência à Exma. Sra. Claudete de Fátima Jacomini, do Núcleo Regional de Educação - Cianorte.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 17/09/08.

(a) NELSON JUSTUS

##### **JUSTIFICATIVA:**

Esta escola possui 97 alunos, no ensino fundamental. Portanto, a cobertura da quadra poliesportiva trará inúmeros benefícios a estes alunos.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA N° 1004

Autoria do Deputado Stephanes Júnior

##### **SÚMULA:**

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a doação de ônibus escolar para o município de Mirador.

Sr. Governador, Sra. Secretária da Educação:

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A doação, por parte do estado do Paraná, de 03 (três) ônibus escolares para o município de Mirador.

2 - A solicitação justifica-se que a doação deste veículo ajudará fazer o transporte escolar, oferecendo melhor qualidade de vida e de estudo a todas as pessoas, uma vez que os ônibus que o município possui estão precisando ser substituídos, já que este não possui condições financeiras para poder fazer a substituição.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 26/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA N° 1005

Autoria do Deputado Luiz Accorsi

##### **SÚMULA:**

Propõe a execução de obras de restauração das canaletas ao longo da rodovia PR-182 no trecho do trevo Paranavaí/Nova Londrina à cidade de Loanda e na sua continuação para Santa Isabel do Ivaí.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem:

O Deputado Luiz Accorsi, subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o encaminhamento de ofício ao Sr. Governador do Estado e ao Diretor do DER/SETR, solicitando imediatas providências para restauração das canaletas para escoamento de águas pluviais ao longo da rodovia PR-182, no percurso que demanda do trevo Paranavaí/Nova Londrina à cidade de Loanda e na sua continuação para Santa Isabel do Ivaí.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 26/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

##### **JUSTIFICATIVA:**

As providências reclamadas na súmula do presente requerimento, já foram encaminhadas à Secretaria dos Transportes há meses passados. No entanto, nos obrigamos a reapresentar reivindicação no mesmo sentido, devido às fortes chuvas que caíram na região de Loanda, no último dia 05 de novembro corrente.

A população e a Administração Municipal de Loanda ainda não conseguiram contabilizar os estragos provocados por ventos seguidos de fortes e demoradas precipitações, ventos que superaram a velocidade de 80 quilômetros horários.

Além dos estragos registrados no perímetro urbano de Loanda, os efeitos se fizeram sentir também na rodovia PR-182, danificando as canaletas que agora precisam sofrer reformas.

Colho a oportunidade para ressaltar a necessidade de permanente conservação da PR-182, dado à sua importância no transporte de cargas e passageiros não só da região, como provenientes dos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1006

Autoria do Deputado Dr. Batista

##### SÚMULA:

Sugere a execução do calçamento em torno do Parque de Exposições Francisco Ribeiro.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a execução do calçamento em torno do Parque de Exposições Francisco Ribeiro;

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Maringá, que há muito reivindica, o calçamento em torno do Parque de Exposições Francisco Ribeiro.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 26/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1007

Autoria da Deputada Rosane Ferreira

##### SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná e ao Secretário de Estado de Obras Públicas, a pavimentação asfáltica da avenida Eleutério de Souza Padilha, localizada no município de Contenda - Paraná.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná e ao Ilmo. Sr. Julio César de Souza Araújo Filho, Secretário de Estado de Obras Públicas:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor o que segue:

I - Solicita a pavimentação asfáltica da avenida Eleutério de Souza Padilha, localizada no município de Contenda-Paraná.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 26/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

##### JUSTIFICATIVA:

A presente indicação se justifica em razão das inúmeras solicitações da comunidade do bairro centro, localizado no município de Contenda, que há muito tempo reivindicam a pavimentação asfáltica nesta avenida.

Além disso, a referida pavimentação asfáltica traria grandes benefícios aos moradores da região, já que contribuiria para a valorização imobiliária do local e daria melhores condições de vida aos munícipes.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1008

Autoria do Deputado Jonas Guimarães

##### SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de São Manoel do Paraná.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária da Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de São Manoel do Paraná.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Presidente da Câmara Municipal de São Manoel do Paraná.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 27/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

##### JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da República a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, CF/88), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre 7 a 14 anos não frequentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, que o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da Educação concorrendo para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1009

Autoria do Deputado Jonas Guimarães

##### SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Pérola.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária da Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Pérola.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Presidente da Câmara Municipal de Pérola.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 27/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

##### JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da República a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, CF/88), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre 7 a 14 anos não freqüentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, que o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da Educação concorrendo para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1010

Autoria do Deputado Jonas Guimarães

##### SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Janiópolis.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária da Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Janiópolis.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Presidente da Câmara Municipal de Janiópolis.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 27/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

##### JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da República a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, CF/88), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre 7 a 14 anos não freqüentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita*

maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, que o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da Educação concorrendo para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de proporcionar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1011

Autoria da Deputada Rosane Ferreira

##### SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná e a Secretária de Estado da Educação, a doação de ônibus escolar para o município da Lapa/PR.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião - Governador do Estado do Paraná e a Ilma. Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde - Secretária de Estado da Educação:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor o que segue:

1 - Solicita a doação de 01 (um) ônibus escolar para o município da Lapa/PR.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 27/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

##### JUSTIFICATIVA:

Considerando que o transporte escolar figura como um importante elemento para a garantia da educação e para a aplicação de dois princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e de permanência na escola e, o da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, o que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas. Deste modo, não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade.

Assim, sugerimos a doação do ônibus escolar ao município da Lapa, com a finalidade de proporcionar, através do transporte escolar, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem nesta cidade.

Desta forma, peço o apoio dos nobres Pares para que seja aprovada esta indicação.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1012

Autoria da Deputada Rosane Ferreira

##### SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná e a Secretária de Estado da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Mandirituba/PR.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião - Governador do Estado do Paraná e a Ilma. Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde - Secretária de Estado da Educação:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor o que segue:

1 - Solicita a doação de 01 (um) ônibus escolar para o município de Mandirituba/PR.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 27/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

##### JUSTIFICATIVA:

Considerando que o transporte escolar figura como um importante elemento para a garantia da educação e para a aplicação de dois princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e de permanência na escola e, o da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, o que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas. Deste modo, não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade.

Assim, sugerimos a doação do ônibus escolar ao município de Mandirituba, com a finalidade de proporcionar, através do transporte escolar, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem nesta cidade.

Desta forma, peço o apoio dos nobres Pares para que seja aprovada esta indicação.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1014

Autoria do Deputado Edson Strapasson

##### SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a doação de ônibus escolar para o município de Campo Largo.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e a Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação:

O Deputado Edson Strapasson dirige-se ao senhor e à senhora, para reivindicar o seguinte:

1 - Solicitar a doação de 04 (quatro) ônibus escolares para o município de Campo Largo.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

##### JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária devido o município de Campo Largo ter uma demanda crescente de alunos que precisam utilizar o transporte escolar. Por essa razão consideramos justo que o município seja beneficiado pelo Programa de Transporte Escolar desenvolvido pela Secretaria da Educação do Estado do Paraná, para que possa atender os alunos da rede pública municipal e estadual com segurança e qualidade.

## INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1015

Autoria do Deputado Edson Strapasson

## SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a doação de ônibus escolar para o município de Quatro Barras.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e a Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação:

O Deputado Edson Strapasson dirige-se ao senhor e à senhora, para reivindicar o seguinte:

1 - Solicitar a doação de 03 (três) ônibus escolares para o município de Quatro Barras.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

## JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária devido o município de Quatro Barras ter uma grande demanda de alunos na rede pública municipal e estadual e para que possa proporcionar um transporte escolar com segurança e qualidade aos alunos, pleiteamos que o município seja beneficiado pelo Programa de Transporte Escolar desenvolvido pela Secretaria da Educação do Estado do Paraná.

## INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1016

Autoria do Deputado Edson Strapasson

## SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a doação de ônibus escolar para o município de Itaperuçu.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e a Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação:

O Deputado Edson Strapasson dirige-se ao senhor e à senhora, para reivindicar o seguinte:

1 - Solicitar a doação de 04 (quatro) ônibus escolares para o município de Itaperuçu.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

## JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária devido o município de Itaperuçu ter uma grande demanda de alunos na área rural e não dispor de condições orçamentárias para proporcionar um transporte escolar com segurança e qualidade para os alunos da rede pública municipal e estadual. Por essa razão consideramos justo que o município seja beneficiado pelo Programa de Transporte Escolar desenvolvido pela Secretaria da Educação do Estado do Paraná.

## INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1017

Autoria do Deputado Dr. Batista

## SÚMULA:

Sugere a construção de uma ala especializada no tratamento fissurados labiopalatais, no Hospital Universitário de Maringá.

Ao Exmo. Sr. Governador:

O Deputado Dr. Batista dirige-se à V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de uma ala especializada no tratamento fissurados labiopalatais, no Hospital Universitário de Maringá;

II - a apresentação da presente indicação, vem ao encontro de antiga reivindicação da comunidade de Maringá e região para que seja construído, no Hospital Universitário de Maringá, um centro de excelência especializado no tratamento fissurados labiopalatais.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

## INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1018

Autoria da Deputada Rosane Ferreira

## SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná e ao Secretário de Estado de Obras Públicas, a pavimentação asfáltica da avenida Alexandre Jamil Sabbag, localizada no município de Contenda - Paraná.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná e ao Ilmo. Sr. Julio César de Souza Araújo Filho, Secretário de Estado de Obras Públicas:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor o que segue:

I - Solicita a pavimentação asfáltica da avenida Alexandre Jamil Sabbag, localizada no loteamento São João no município de Contenda-Paraná.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

## JUSTIFICATIVA:

A presente indicação se justifica em razão das inúmeras solicitações da comunidade do loteamento São João, localizado no município de Contenda, que há muito tempo reivindicam a pavimentação asfáltica nesta avenida.

Além disso, a referida pavimentação asfáltica traria grandes benefícios aos moradores da região, já que contribuiria para a valorização imobiliária do local e daria melhores condições de vida aos munícipes.

## INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1019

Autoria da Deputada Rosane Ferreira

## SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná e a Secretária de Estado da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Contenda-Paraná.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná e a Ilma. Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor o que segue:

I - Solicita a doação de 01 (um) ônibus escolar para o município de Contenda-Paraná.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

#### JUSTIFICATIVA:

Considerando que o transporte escolar figura como um importante elemento para a garantia da educação e para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e de permanência na escola e, o da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, o que não se reduz à não cobrança de taxas pela escolas. Deste modo, não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade.

Assim, sugerimos a doação do ônibus escolar ao município de Contenda, com a finalidade de proporcionar, através do transporte escolar, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem nesta cidade.

Desta forma, peço o apoio dos nobres Pares para que seja aprovada esta indicação.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1020

Autoria da Deputada Rosane Ferreira

#### SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná e a Secretária de Estado da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Araucária-Paraná.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná e a Ilma. Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor o que segue:

I - Solicita a doação de 01 (um) ônibus escolar para o município de Araucária-Paraná.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

#### JUSTIFICATIVA:

Considerando que o transporte escolar figura como um importante elemento para a garantia da educação e para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e de permanência na escola e, o da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, o que não se reduz à não cobrança de taxas pela escolas. Deste modo, não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade.

Assim, sugerimos a doação do ônibus escolar ao município de Araucária, com a finalidade de proporcionar, através do transporte escolar, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem nesta cidade.

Desta forma, peço o apoio dos nobres Pares para que seja aprovada esta indicação.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1021

Autoria do Deputado Jonas Guimarães

#### SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Xambrê.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária da Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Xambrê.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Presidente da Câmara Municipal de Xambrê.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

#### JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da República a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, CF/88), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre 7 a 14 anos não frequentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, que o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da Educação concorrendo para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1022

Autoria do Deputado Jonas Guimarães

##### SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Tapejara.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária da Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Tapejara.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Presidente da Câmara Municipal de Tapejara.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

##### JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da República a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, CF/88), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre 7 a 14 anos não freqüentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, que o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da Educação concorrendo para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1023

Autoria do Deputado Jonas Guimarães

##### SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Rondon.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária da Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Rondon.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Presidente da Câmara Municipal de Rondon.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

##### JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da República a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, CF/88), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre 7 a 14 anos não freqüentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o

nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, que o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da Educação concorrendo para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1024

Autoria do Deputado Jonas Guimarães

##### SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Iracema do Oeste.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o duto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária da Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Iracema do Oeste.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Presidente da Câmara Municipal de Iracema do Oeste.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

##### JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da República a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, CF/88), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre 7 a 14 anos não frequentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, que o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da Educação concorrendo para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1025

Autoria do Deputado Jonas Guimarães

##### SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Nova Olímpia.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o duto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária da Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Nova Olímpia.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Presidente da Câmara Municipal de Nova Olímpia.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

##### JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da República a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, CF/88), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre 7 a 14 anos não frequentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, que o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da Educação concorrendo para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1026

Autoria do Deputado Jonas Guimarães

##### SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Mariluz.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária da Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Mariluz.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Presidente da Câmara Municipal de Mariluz.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

##### JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da República a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, CF/88), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre 7 a 14 anos não frequentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, que o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da Educação concorrendo para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1027

Autoria do Deputado Jonas Guimarães

##### SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Jussara.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária da Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Jussara.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Presidente da Câmara Municipal de Jussara.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

**JUSTIFICATIVA:**

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da República a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, CF/88), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre 7 a 14 anos não frequentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, que o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da Educação concorrendo para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

**INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1028**

Autoria do Deputado Jonas Guimarães

**SÚMULA:**

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Japurá.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o duto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária da Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Japurá.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Presidente da Câmara Municipal de Japurá.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

**JUSTIFICATIVA:**

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da República a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, CF/88), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre 7 a 14 anos não frequentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, que o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da Educação concorrendo para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

**INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1029**

Autoria do Deputado Jonas Guimarães

**SÚMULA:**

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Guaporema.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária da Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Guaporema.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Presidente da Câmara Municipal de Guaporema.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

#### JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da República a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, CF/88), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de

qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre 7 a 14 anos não frequentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, que o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da Educação concorrendo para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.